

Copenhague+5 - Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas para Avaliação da Implementação dos Resultados da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social.
Genebra, junho de 2000.

B R A S I L



**O Governo Federal
e os compromissos da
Cúpula de Copenhague**

S U M Á R I O

Compromisso 1

Criar um ambiente estrutural propício ao desenvolvimento social

6

Compromisso 2

Erradicar a pobreza e combater a exclusão social

11

Compromisso 3

Adotar a meta de pleno emprego como prioridade das políticas econômica e social

18

Compromisso 4

Promover a integração social, a proteção aos direitos humanos e a eliminação de quaisquer formas de discriminação

22

Compromisso 5

Promover o pleno respeito à dignidade humana e a conquista de igualdade e eqüidade entre mulheres e homens

28

Compromisso 6

Universalizar o acesso à educação de qualidade e o atendimento à saúde física e mental

32

Compromisso 7

Acelerar o desenvolvimento de recursos econômicos, sociais e humanos da África e dos países menos desenvolvidos

44

Compromisso 8

Assegurar que programas de ajuste estrutural incluam metas de desenvolvimento social, em particular, de combate à pobreza e à exclusão

46

Compromisso 9

Incrementar de forma significativa e utilizar mais eficientemente os recursos alocados para o desenvolvimento social

48

Compromisso 10

Aumentar e fortalecer os esforços em favor da cooperação internacional, regional e sub-regional para o desenvolvimento social

52

Conclusão

55

A P R E S E N T A Ç Ã O

Ao assinar a Declaração sobre Desenvolvimento Social e o Programa de Ação da Cúpula de Copenhague, em 1995, o Brasil e demais países assumiram, diante da comunidade internacional, compromissos a serem integrados a seus objetivos nacionais nos anos seguintes.

Ao longo desse tempo, o Brasil – governo e sociedade – empenhou-se verdadeiramente em cumprir os dez compromissos pactuados, ainda que em meio às vicissitudes e turbulências provocadas por duas sérias crises financeiras internacionais e tendo que consolidar a recém-conquistada estabilidade da moeda. De fato, o fim de uma inflação que derramava seus efeitos mais perversos sobre os setores vulneráveis e excluídos da população brasileira é o pano de fundo sobre o qual o país começa a construir uma sociedade menos injusta.

Este relatório descreve de forma sucinta as principais contribuições do governo federal para o cumprimento dos compromissos assumidos há cinco anos, em Copenhague.

Brasília, junho de 2000.



C O M P R O M I S S O 1

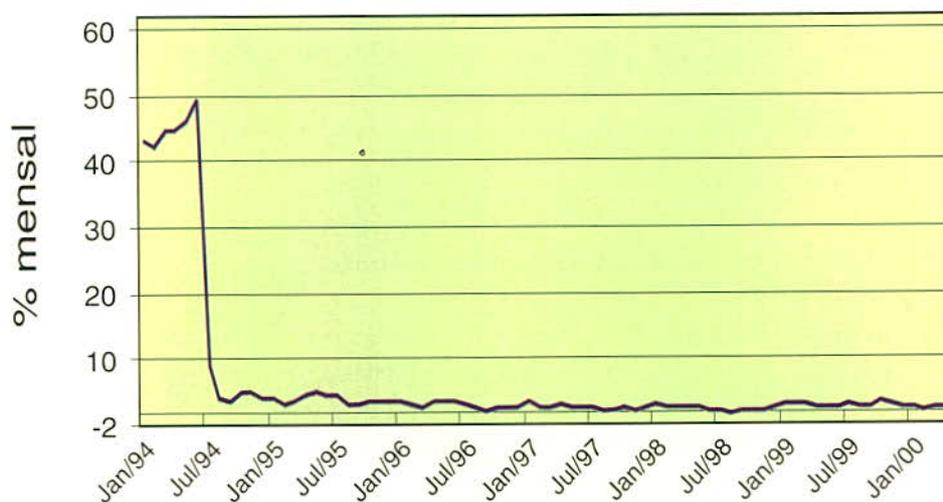
***Criar um ambiente
estrutural propício ao
desenvolvimento social***

Conquista e consolidação da estabilidade econômica, com o fim de uma inflação que chegou à média anual de 1.100%, entre 1980 e 1993

Com a implantação do plano de estabilização econômica e a introdução de uma nova moeda - o Real - a partir de 1994*, a taxa de inflação reduziu-se drasticamente. Em 1997, a taxa anual foi de 5% e, em 1998, menos de 2%, os mais baixos índices de toda a segunda metade do século. Em 2000, a inflação brasileira deverá situar-se em torno de 6%. A comparação entre o valor do salário mínimo e o da cesta básica indica que, desde 1996, o valor do salário vem sendo superior ao da cesta básica.

Gráfico 1:

Evolução da inflação - Índice de Preços (IPCA) - Brasil 1994-2000



Fonte: IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), IBGE.

* Para efeito de conversão dos valores expressos em real, pode ser aplicada a taxa média apurada desde a adoção do câmbio flutuante, que foi de R\$ 1,79 por dólar entre janeiro e setembro de 1999.

Gráfico 2 :

Evolução do valor do salário-mínimo e da cesta básica - Brasil - 1994-2000



Fonte: PROCON/DIEESE.

Abertura da economia

A economia fechada, baseada no modelo de substituição de importações, que vigorou até o final da década de 80, deu lugar a uma economia aberta, que se moderniza para competir. O aprofundamento da integração no âmbito do Mercosul tornou-se um objetivo estratégico do Brasil, para fortalecer a posição do país e de suas empresas, em processos mais abrangentes de integração à economia mundial.

Construção de um regime fiscal sustentável

Dois grandes reformas e uma lei criaram as condições para a retomada de controle sobre os dois principais agregados da despesa primária do setor público.

A reforma da Previdência Social corrigiu os desequilíbrios mais graves dos regimes de aposentadoria, especialmente o do trabalhador do setor privado. A aposentadoria por tempo de serviço, regra praticamente em desuso no mundo, cedeu lugar à aposentadoria por tempo de

contribuição. Além disso, fixou-se idade mínima para a passagem à inatividade no setor público e definiu-se um sucedâneo de efeito prático equivalente para os trabalhadores do setor privado. Implantaram-se, assim, as bases mínimas para o equilíbrio do sistema no longo prazo, mantidos os programas de transferência direta de renda que a Previdência Social financia, a fundo perdido, em benefício dos segmentos mais vulneráveis da população, entre os quais, idosos, portadores de deficiências e cerca de seis milhões de trabalhadores rurais.

A reforma administrativa instituiu instrumentos para limitar, legalmente, os gastos com pessoal, problema especialmente grave nas esferas subnacionais de governo.

Uma lei geral das finanças públicas, aprovada no início deste ano, disciplina o gasto e o endividamento nos três níveis de governo: União, estados e municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal é o marco institucional mais geral do novo regime fiscal que está sendo construído, e equivale a uma verdadeira revolução dos costumes políticos no tocante à transparência e *accountability* da gestão dos recursos da sociedade pelo Estado.

Reestruturação do sistema financeiro

Um grande programa comandado pelo Banco Central permitiu ao sistema financeiro ajustar-se sem traumas ao ambiente de inflação baixa. Aumentou a participação das instituições estrangeiras e, hoje, o sistema financeiro é estruturalmente mais sólido e apto a desempenhar seu papel de intermediar a poupança.

Redefinição do papel do estado

Aprofundou-se o processo de privatização e de concessão de serviços públicos, com destaque para os setores de energia, telecomunicações e transportes. Nos setores em que o Estado deixou de estar presente como empresário, avançou-se na implantação de agências e regimes de regulação que induzem à competição e asseguram canais de expressão das demandas dos consumidores. Criaram-se assim as condições para a retomada do investimento nos setores de infra-estrutura, antes estrangulados pela perda da capacidade de financiamento do Estado, assegurados os instrumentos de preservação do interesse público.

O setor de telecomunicações é exemplo paradigmático, mas não único, dessas mudanças. Foram estabelecidas metas de universalização dos serviços que democratizaram o acesso: o número de telefones celulares saltou de menos de um milhão, há cinco anos, para cerca de 15 milhões, ao final de 1999.

A economia como um todo modernizou-se e se tornou mais competitiva. O volume de investimentos estrangeiros diretos aumentou de US\$ 2 bilhões, em 1994, para US\$ 30 bilhões, em 1999, incluídas as receitas de privatizações.

Nesse processo, sobressaem os ganhos de qualidade e de produtividade, em contraste com a situação que prevalecia ao final dos anos 80. Tomando-se como referência pesquisa que mede a produtividade na indústria de transformação, verifica-se que a produtividade do trabalho teve aumento superior a 90%, entre 1991 e 1998, correspondente a um crescimento médio da ordem de 6% ao ano.

Radicalização da democracia

As profundas reformas por que passa o Estado brasileiro se acentuaram a partir de 1995, mas ainda estão longe de se completar. O impulso de reformar o Estado, no Brasil, tem na sua base o imperativo de radicalizar a democracia. Durante duas décadas (1964-1984), o país viveu a experiência do autoritarismo, centrado no Estado todo-poderoso como motor da industrialização e desfocado da questão social. Na década de 1970, quando o "milagre econômico" brasileiro combinou altas taxas de expansão industrial e concentração de renda, o discurso oficial dizia que era preciso deixar crescer, primeiro, para só depois repartir o bolo da riqueza nacional.

O projeto de desenvolvimento sustentado a partir de 1995 baseia-se na crença de que o Brasil pode ter, ao mesmo tempo, crescimento e inclusão social, nos marcos da democracia e operando nas condições de uma economia de mercado. Conceitos como equidade e igualdade de oportunidades passaram a reger a definição das políticas públicas.

Criaram-se novos mecanismos de interlocução entre o governo e a sociedade civil. Dinamizou-se o processo de descentralização, que valoriza as atividades de estados e municípios e democratiza o processo de transferência de recursos federais nas áreas sociais, em especial, na educação e na saúde. Expandiu-se o espaço de participação da sociedade, tanto na alocação quanto na fiscalização do uso de recursos públicos, por meio de conselhos e de parcerias permanentes com a comunidade.

As pressões cada vez mais vigorosas da sociedade civil, ao mesmo tempo em que forçam a ampliação do espaço público e democrático, combatem as mazelas históricas do elitismo, do mandonismo local e do clientelismo, assim como do corporativismo exacerbado e da influência indevida dos grandes conglomerados econômicos.

As exigências de universalidade e de transparência, contudo, ainda encontram resistências, seja da burocracia, habituada a não prestar contas à sociedade, seja de grupos privados, construídos à sombra de uma cultura patrimonialista tradicional, que ama o lucro, de preferência com subsídio oficial, mas detesta a competição. Por isso, a democracia no Brasil ainda é uma realidade não apenas nova, mas em evolução. Precisa ser completada e reinventada, consolidando um conjunto de valores e um modo de convivência que abram caminho para a transformação pacífica da sociedade.



C O M P R O M I S S O 2

***Erradicar a pobreza
e combater a exclusão
social***

Combate à inflação, crescimento econômico e redução da pobreza

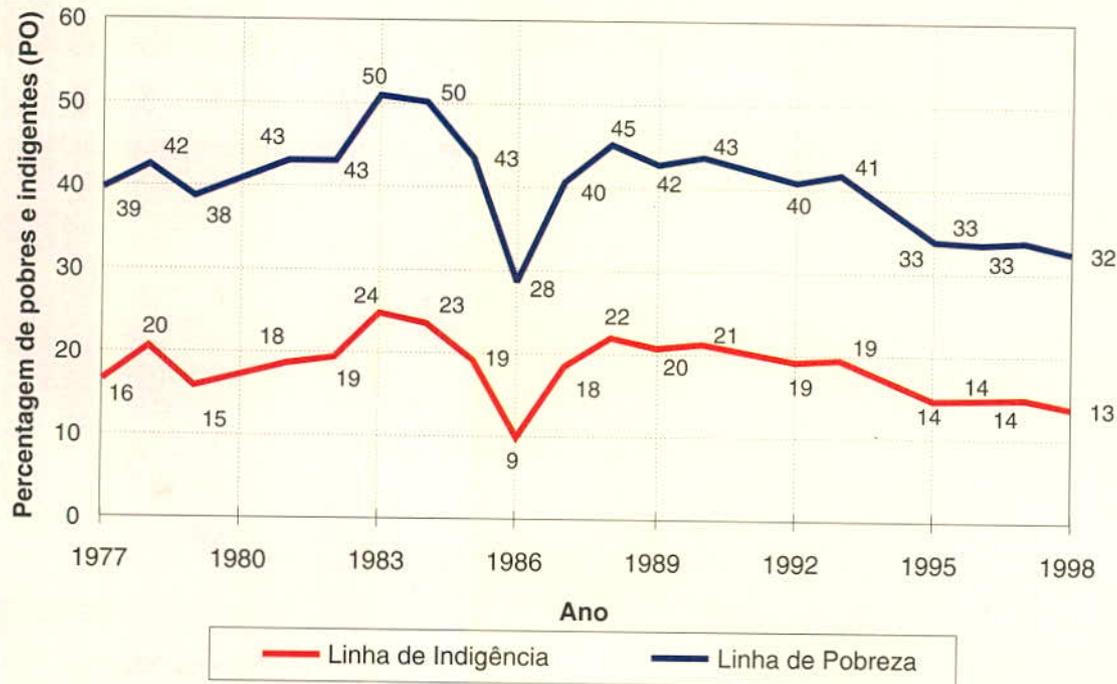
Entre 1993 e 1999, o PIB brasileiro expandiu-se à média de 3,1% ao ano, e a renda *per capita* elevou-se em 1,7%. São números melhores do que os obtidos nos 12 anos anteriores, quando o PIB cresceu em média apenas 1,4% ao ano, e a renda *per capita* caiu 0,5%.

Por conta da estabilização dos preços, o número de pobres diminuiu de forma expressiva nesta década. Em 1990, 43,8% da população total do Brasil eram pobres (63,1 milhões de pessoas), contingente que diminuiu para cerca de 32,7%, em 1998 (50,1 milhões de pessoas). Nesse período, portanto, 13 milhões de pessoas ultrapassaram a linha de pobreza.

A situação dramática da indigência também foi mitigada. Em 1990, 21,3% dos brasileiros (32,6 milhões de pessoas) eram indigentes – pouco mais de um em cada cinco. Em 1998, o contingente de indigentes diminuiu para 13,9% da população – 23,1 milhões de pessoas ou um em cada sete brasileiros. Significa dizer que, em oito anos, 9,5 milhões de pessoas foram resgatadas da pobreza absoluta.

Gráfico 3:

Evolução do percentual de pobreza e indigência - Brasil 1977-1998



Fonte: PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio) de 1977 a 1998
Elaboração: IPEA.

Distribuição de renda

O PIB *per capita*, calculado em dólares, passou de US\$ 4.542, em 1990, para US\$ 4.793, em 1998. Todavia, pouco se alterou o quadro da concentração de renda, problema crucial em qualquer estratégia de combate à pobreza e de promoção da integração social, no Brasil. O coeficiente de Gini teve apenas ligeira melhora. Era de 0,618, em 1990, e de 0,601, em 1998. A persistência desse quadro de concentração da renda exige do governo e da própria sociedade o fortalecimento de políticas ativas que levem a maior justiça social.

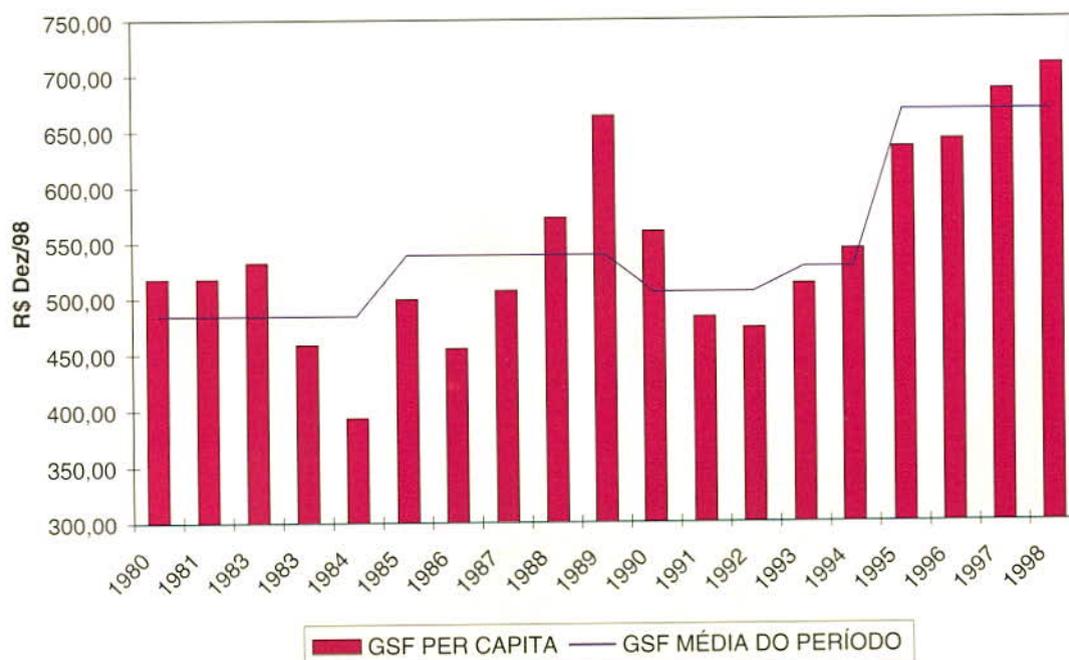
Aumento do investimento em políticas sociais

O Brasil apresenta números bastante significativos em termos de gasto social como percentual do PIB – em torno de 21%, em 1995. É um investimento expressivo, se comparado a alguns países da América Latina, como Costa Rica (20,8%), Argentina (18,6%), Chile (13,4%) e México (13,1%). A partir de 1993, mesmo diante das exigências de ajuste fiscal e em meio às crises financeiras internacionais, o Brasil aumentou o gasto social federal, de R\$ 77,7 bilhões, em 1993, para R\$ 114,7 bilhões, em 1998.

Da mesma forma, o gasto social federal *per capita* confirma essa tendência de crescimento sustentado. De R\$ 515,20, em 1993, passou para R\$ 710,70, em 1998. Se for considerada a média de gasto social por períodos de governo, a partir dos anos 80, o período 1995-1998 apresenta a média mais alta nas últimas duas décadas.

Gráfico 4 :

Gasto Social Federal Per Capita - 1980-1998



Fonte dos dados básicos:

(1) até 1992, Balanços Gerais da União, do FPAS, FGTS e outras.

(2) a partir de 1993, Balanço Geral da União e SIAFI/SIDOR.

Elaboração: IPEA.

Ampliação do acesso a serviços básicos do Estado e a bens duráveis

A proporção de domicílios com acesso a serviços adequados de abastecimento de água cresceu de 75%, em 1992, para 81%, em 1997; com esgoto sanitário, de 52% para 59%; com energia elétrica, de 88% para 93%; e com coleta de lixo, de 64% para 74%.

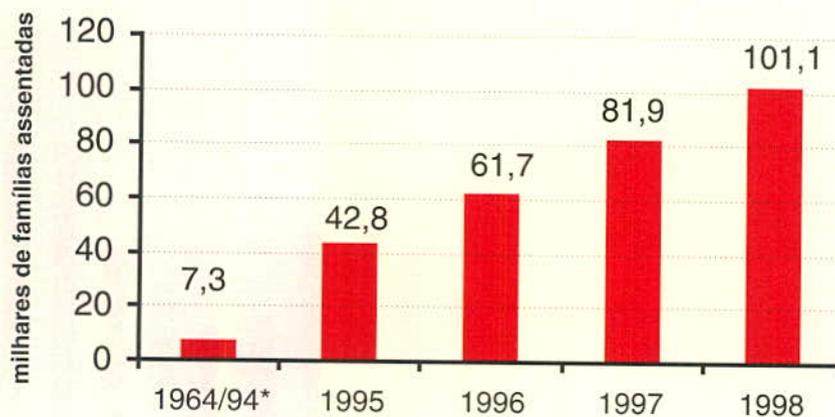
No mesmo período, também aumentou o acesso da população mais pobre aos recursos da vida moderna e aos bens de consumo duráveis. Apenas 1% não têm fogão, 3,6% não têm aparelho de televisão, 9,3% não dispõem de aparelho de rádio e 20,6% não possuem geladeira.

Democratização do acesso à terra

A partir de 1995, começou a ser executado o maior programa de reforma agrária da história brasileira. Em cinco anos, cerca de 373 mil famílias receberam um lote de terra e 13,2 milhões de hectares – área equivalente a três vezes e meia o território da Suíça ou a quase a metade da Itália – foram desapropriados ou comprados pelo governo. Até o início da década, a média mensal de famílias assentadas era de 606; nos últimos cinco anos, subiu para seis mil famílias por mês.

Gráfico 5:

Reforma Agrária - Famílias assentadas - 1964/94 - 1998



* Média do Período

Fonte: INCRA Elaboração: MF/SPE

Combate à fome e à desnutrição infantil

O principal programa é a merenda escolar, que garante 36 milhões de refeições, diariamente, aos alunos da rede pública de ensino, durante os duzentos dias do ano letivo. A partir de 1995, foi criado um amplo programa de distribuição de cestas básicas de alimentos a famílias carentes dos mil municípios mais pobres do país. Em 1998, foram fornecidas cerca de 30 milhões de cestas de alimentos.

O Programa de Combate às Carências Nutricionais, do Ministério da Saúde, executa ações específicas de atendimento às crianças desnutridas entre seis e 23 meses de idade e às gestantes em risco de desnutrição. Envolve estímulo ao aleitamento materno, vigilância nutricional, fornecimento de um litro de leite por dia às crianças com menos de dois anos de idade e de uma lata de óleo de soja por mês. Participam do programa 4.722 dos 5.507 municípios brasileiros, abrangendo um universo de 845 mil crianças, além das gestantes.

Expansão de programas de atenção à criança

Desenvolvido em parceria com entidades não-governamentais, esse programa atendeu 1,4 milhão de crianças carentes em creches e pré-escolas, em 1999, ao custo de R\$ 241 milhões, não estando computado o atendimento feito por estados e municípios. Com recursos que somam R\$ 1,163 bilhão, o programa pretende, até 2003, beneficiar, anualmente, cerca de 1,8 milhão de crianças em creches e 1,1 milhão de crianças matriculadas na educação infantil.

Atendimento a pessoas portadoras de deficiência

O programa de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência destina-se a assegurar os direitos e a combater a discriminação de pessoas com alguma desvantagem física ou mental. Em 1998, foram mobilizados cerca de R\$ 65 milhões em atividades que buscam diminuir a alienação social de 120 mil pessoas portadoras de deficiência. Em parceria com empresas e organizações não-governamentais, desenvolve-se uma série de ações que visam à redução das incapacidades para o trabalho, à integração social e à melhoria do cotidiano dos portadores de deficiência.

Atendimento a pessoas idosas

O programa de Valorização e Saúde do Idoso, além de promover a saúde e a independência funcional das pessoas com mais de 65 anos de idade, contempla ações de assistência social destinadas à parcela mais carente dessa faixa etária. As ações de atenção ao idoso em asilos, centros de convivência e atendimento domiciliar beneficiaram cerca de 265 mil pessoas, em 1999, com dispêndios no valor de R\$ 27 milhões.

Entre as demais ações desenvolvidas, destacam-se o projeto de capacitação de cuidadores de idosos, a Caminhada para o Envelhecimento Saudável, com a participação estimada de 500 mil idosos, e a Campanha Nacional de Vacinação do Idoso, que atinge a 85% da população com idade acima de 65 anos – cerca nove milhões de pessoas.

Apoio a programas de renda mínima

A implantação de programas de renda mínima, para que as famílias mais pobres possam manter os filhos na escola – daí a denominação mais conhecida de bolsa-escola – incorporou-se, rapidamente, aos direitos sociais brasileiros. Experiências nesse sentido têm sido desenvolvidas em diversos municípios.

Por sua natureza, tais programas só podem ser realizados em nível local, de forma descentralizada, devido ao tamanho do país e às suas enormes diferenças. Além disso, necessitam de controle público e de compromisso da comunidade. O governo federal tem, contudo, uma presença ativa, no apoio normativo, logístico e financeiro, especialmente nos municípios mais pobres.

Atualmente, existem dois programas desse tipo, no âmbito da União – ambos implantados a partir de 1995. O primeiro é o de combate ao trabalho infantil, que se verá a seguir. O segundo, mais recente e totalmente descentralizado, tem como objetivo ajudar os municípios mais pobres a adotar a bolsa-escola. O governo federal repassa metade do custo total do programa municipal, de acordo com fórmula de cálculo estabelecida em lei. O valor do benefício mensal concedido varia segundo a renda *per capita* das famílias pobres e o número de filhos em idade escolar. Quando estiver plenamente implantado, deverá atender a mais de três milhões de famílias, com recursos de R\$ 1,5 bilhão por ano.

Erradicação do trabalho infantil

Criado em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI retira crianças entre sete e 14 anos do trabalho em atividades degradantes e de risco, principalmente em pedreiras, canaviais e carvoarias. As famílias das crianças selecionadas pelo programa recebem do governo federal um auxílio mensal em dinheiro, mediante o compromisso de que os filhos abandonarão o trabalho e passarão a freqüentar, regularmente, a escola. No final de 1999, o PETI já amparava 145 mil crianças, em onze estados do país. A meta para 2000 é amparar 362 mil crianças e, em 2002, 866 mil.

Crianças em situação de pobreza, abandono e exclusão social também encontram apoio no Programa Brasil Criança Cidadã, que investiu R\$ 103 milhões, somente em 1998, no atendimento a 431 mil meninos e adolescentes de sete a 14 anos. O programa assegura serviços educacionais, de saúde e de capacitação profissional.

Finalmente, o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que integra ações dos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde e Cultura, conta com recursos de R\$ 32 milhões e pretende atender, até 2003, 17 mil crianças em jornada escolar ampliada. Campanhas de combate à exploração do turismo sexual infanto-juvenil vêm sendo realizadas, regularmente, de forma a reprimir esse tipo de apelo ainda utilizado por alguns promotores de turismo.

Assistência aos jovens em situação de risco

Os jovens menores de 24 anos de comunidades carentes de baixa renda, em situação de risco pessoal e social, passaram a ter atendimento específico por meio do programa de Centros da Juventude, onde são oferecidas atividades de esporte, lazer, educação e cultura. Já existem 86 centros em diversas cidades, criados com recursos do governo federal e colaboração dos estados e municípios. A meta é implantar 1.050 Centros da Juventude, até 2003, com prioridade aos municípios mais pobres.

Seguro-desemprego e abono salarial

Os assalariados que recebem menos de dois salários mínimos mensais têm direito a um abono anual, no valor de um salário mínimo. Mais de cinco milhões de trabalhadores beneficiam-se desse abono salarial. Somado ao seguro-desemprego, mais de R\$ 5 bilhões anuais são transferidos diretamente para os trabalhadores.

Previdência rural

É o maior programa agrário e de renda mínima do país. Garante renda mensal de um salário mínimo ao homem e à mulher do campo, ainda que nunca tenham contribuído com o sistema previdenciário. Seis milhões de trabalhadores recebem aposentadoria ou pensão do programa, a um custo anual de R\$ 9,8 bilhões, financiado pelo orçamento da seguridade social.

Entre 1991 e 1996, a previdência rural teve enorme expansão: o volume de recursos aumentou mais de 300%, o número de beneficiários, mais de 50%, e o valor médio mensal das pensões e aposentadorias quase triplicou. Além disso, a renda do casal camponês dobrou, porque a mulher também passou a ter direito ao benefício, a partir de 1993.

Nos pequenos municípios das regiões mais pobres, o número de participantes do programa chega a 20% da população. Se o beneficiário tiver mais uma pessoa da família como seu dependente, o que é comum, quase metade dos habitantes dessas localidades terá na previdência rural a garantia de uma renda mínima. A ampliação desse programa, associada à estabilização da economia, diminuiu a participação da pobreza rural no quadro geral de pobreza do país.

Modernização da política de assistência social

Outros programas de transferência direta de renda foram criados, a partir de 1996, no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que permitiu amparar com uma renda mínima os setores mais vulneráveis da sociedade. O conceito de assistência social passou a ser associado a ações públicas permanentes que garantam o exercício dos direitos sociais básicos aos grupos afetados por modalidades e graus variados de exclusão, a exemplo de idosos e portadores de deficiências.

Uma profunda reforma institucional deu início ao processo de modernização da política de assistência social brasileira. A descentralização tornou-se um dos aspectos essenciais dessa nova política. Prevista pela Constituição Federal de 1988 e pela LOAS, sua implantação começou a partir da extinção da Legião Brasileira de Assistência – LBA, em 1995.

Os ganhos de qualidade e de eficiência foram imediatos. Entidade de cunho clientelista criada nos anos 50, a LBA foi durante décadas a responsável pela administração de convênios com entidades filantrópicas para assistência a crianças e idosos. Os resultados que apresentava eram pífios, considerando-se as enormes somas de recursos públicos que consumia. De fato, a LBA nada mais era do que um mecanismo de concessão de favores políticos e de centralização de políticas, permeável à corrupção.

Em 1995, a LBA foi substituída pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, que hoje executa, de forma descentralizada, as principais ações governamentais nesse campo. Além da descentralização, o avanço qualitativo da política social brasileira dos últimos cinco anos foi impulsionado pela introdução de mecanismos de controle social e de avaliação externa das ações empreendidas. Todos os programas de transferência de renda criados a partir de então incorporaram esse novo enfoque.

Renda mínima para deficientes

Garante aos portadores de deficiência com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo nacional um auxílio mensal no valor de um salário mínimo. Mais de 1,3 milhão de pessoas recebe esse benefício, a um custo anual de R\$ 1,5 bilhão.

Renda mínima para idosos

São dois os tipos de benefícios para os idosos: a renda mensal vitalícia àqueles que não possuem nenhuma fonte permanente de renda, concedida a partir de 1974, e em processo de extinção, e o programa de garantia de renda mínima, que a substitui, progressivamente. Instituído em 1996, no âmbito da LOAS, o programa de renda mínima assegura à parcela da população idosa com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo um benefício de um salário mínimo mensal. Em 1999, mais de 288 mil idosos receberam a renda mínima. Pretende-se expandir a atual cobertura dessa faixa da população, atualmente no patamar de 79%, de modo a que o benefício alcance, pelo menos, 90% da população-alvo, até 2003.

Ao todo, apenas os programas federais de transferência direta de renda movimentam mais de R\$ 17 bilhões por ano, ou cerca de 2,4% do PIB de 1999, e representam formas socialmente desejáveis de utilização de recursos do Tesouro Nacional e da seguridade social.



C O M P R O M I S S O 3

*Adotar a meta de pleno
emprego como prioridade das
políticas econômica e social*

A preocupação atual com o desemprego ganhou dimensões jamais vistas, em períodos anteriores da história do Brasil. Em dezembro de 1994, na euforia que se seguiu à implantação exitosa do plano de estabilização da moeda, a taxa de desemprego aberto caiu para 3,4%, a mais baixa da década. Pouco depois, contudo, no rastro das crises financeiras da Ásia e da Rússia, a economia brasileira praticamente parou de crescer, e as taxas de desemprego começaram a subir, rapidamente, em 1998 e 1999, chegando a ultrapassar o patamar de 8%, o que não ocorria desde a profunda recessão de 1981.

A partir de 1995, para enfrentar os desafios e dilemas do mercado de trabalho brasileiro, começa a tomar forma um conjunto abrangente e progressivamente articulado de políticas públicas de emprego, como se verá a seguir.

Fundo de Amparo ao Trabalhador

O instrumento básico para a execução das políticas públicas de emprego tem sido o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, criado pela Constituição Federal de 1988 e suprido por receitas recolhidas junto a empresas privadas e instituições. Com um patrimônio de R\$ 30 bilhões, o FAT permite conjugar múltiplas possibilidades de aplicação e, portanto, de manejo das políticas voltadas ao mercado de trabalho.

O Fundo responde pelo custeio do programa de seguro-desemprego, financia projetos de investimentos, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e representa a principal fonte de recursos dos programas de qualificação profissional e geração de emprego e renda. A existência do FAT é um traço que diferencia o Brasil dos outros países, que tradicionalmente financiam essas ações com recursos provenientes das contribuições sobre a folha de salários.

A estratégia de execução das políticas públicas de emprego baseia-se na construção de redes descentralizadas de parceria. Essas redes envolvem instituições financeiras oficiais federais, os governos estaduais e municipais e a sociedade em geral, por meio do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e das comissões estaduais e municipais de emprego. Além do CODEFAT, que representa uma experiência bem-sucedida de gestão tripartite e paritária de um fundo público, hoje existem comissões de emprego em todos os estados brasileiros e cerca de 1.300 comissões municipais – todas igualmente tripartites e paritárias – com representação do governo, dos empregadores e dos trabalhadores.

A ênfase das políticas de emprego recai sobre as políticas ativas, voltadas a aumentar o número de pessoas empregadas e a qualidade dos empregos gerados. Destacam-se, nesse grupo, o programa nacional de capacitação de mão-de-obra, iniciativa pioneira que começou em 1996, e os diversos programas de apoio ao segmento de empresas de pequeno porte, urbanas e rurais, com menção especial ao programa de microcrédito voltado à agricultura familiar.

Parte dos programas de apoio às pequenas e microempresas já existia e foi aprimorada quanto ao seu formato e operacionalidade, além de financeiramente reforçada. Outros programas representam iniciativas novas, ao menos na abrangência que adquiriram. É o caso dos programas de microcrédito, que passaram a ser desenvolvidos por bancos públicos federais, visando a fortalecer os empreendimentos por conta própria, multiplicando-os e fazendo-os migrar para o setor formal da economia.

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Entre as políticas passivas para o mercado de trabalho, além do seguro-desemprego, tem grande relevância o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, formado por contribuição obrigatória do empregador sobre a folha de salários. A capitalização dessa parcela, equivalente a 8% do salário bruto do trabalhador, resulta em uma poupança individual, resgatável pelo trabalhador em caso de demissão ou situações específicas. Em 1999, foram pagos aos trabalhadores dispensados mais de R\$ 12 bilhões de recursos do FGTS.

Programas de simplificação tributária para empresas de pequeno porte

Os programas de apoio às empresas menores partem da noção elementar de que a geração de ocupação e renda, em uma economia que assimila tecnologias poupadoras de mão-de-obra, passa pelo fomento das atividades, segmentos e empresas em que é mais intenso o uso do fator trabalho. Nesse sentido, merece destaque a criação, em 1997, de um regime de tributação simplificado para as pequenas e médias empresas. Conhecido como **Simples**, esse regime simplificado beneficia, atualmente, cerca de 2,5 milhões dessas empresas, em todo o país.

Também ganha relevo, nessa estratégia, o **Programa de Recuperação Fiscal – Refis**, instituído em 1999. O **Refis** está voltado à regularização dos débitos tributários das empresas, especialmente pequenas e médias, as mais afetadas pelos efeitos das crises financeiras internacionais sobre a economia brasileira. As empresas que aderem ao **Refis** regularizam sua situação perante a Receita Federal, mediante o comprometimento de um percentual fixo de 2% de seu faturamento com o pagamento de débitos tributários em atraso. Recuperam, assim, as condições para a contratação de crédito junto ao sistema financeiro e para a participação em concorrências públicas.

Programa Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR

Criado em 1995, representa o surgimento de uma política governamental de qualificação profissional capaz de alcançar abrangência nacional pelo volume de recursos que pode mobilizar. O caráter inovador desse programa está na articulação que busca promover entre instituições empresariais, religiosas, sindicais e não-governamentais, que até então atuavam de forma dispersa no campo da educação profissional, sem conseguir – salvo as empresariais – uma presença marcante, no Brasil. A montagem dessa nova institucionalidade para a qualificação profissional acumula alguns êxitos, como os relativos ao papel desempenhado pelas comissões estaduais e municipais de emprego. É um grande avanço, mas se trata de um processo ainda em andamento.

Executado de forma descentralizada, o PLANFOR atua em 4.300 municípios brasileiros – 78% do total – 500 dos quais situados entre os mais pobres do país. Direciona suas ações a dois alvos: setores com maior potencial de geração de emprego, a exemplo de turismo, construção civil, artesanato, pesca, agropecuária, serviços pessoais e culturais, micro e pequenos empreendimentos; e grupos críticos, como desempregados, trabalhadores ameaçados de desemprego, pequenos e microempreendedores, mulheres, jovens, negros e portadores de deficiência.

Entre 1996 e 1999, foram treinados 5,7 milhões de trabalhadores, o equivalente a cerca de 10% da PEA. Ainda não há avaliações definitivas dos resultados obtidos pelo PLANFOR. Contudo, a ênfase que tem sido dada à contratação de avaliações independentes, feitas por universidades, organizações não-governamentais e órgãos de pesquisa, é uma garantia de que, nesse processo, será possível reunir dados sólidos sobre o desempenho do programa, os quais permitirão as devidas correções de rumo, se for o caso.

Programas de microcrédito

A grande novidade surgida no Brasil, nos últimos cinco anos, está na mobilização de recursos públicos significativos para o financiamento de diversos programas de microcrédito. Foi instituído o **Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER**, um fundo de financiamento de operações de crédito para micro e pequenos empresários dos setores formal e informal da economia, com recursos originários do FAT. Dividido nas modalidades urbana e rural, esse programa começou a operar por intermédio do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. No período de 1995 a 1999, os financiamentos para empreendimentos urbanos movimentaram R\$ 1,9 bilhão e para atividades no meio rural, R\$ 3 bilhões.

O BNDES lançou, em 1996, o **Programa de Crédito Produtivo Popular**, que opera com organizações não-governamentais, formadas nos municípios que se dispõem a aderir à iniciativa. Essas instituições de microcrédito, espécies de bancos do povo, podem contar com a participação das prefeituras. Em dois anos – 1998 e 1999 – o programa repassou R\$ 120,6 milhões, que financiaram cerca de cem mil operações de microcrédito, em 197 municípios.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Criado em 1995, também com recursos do FAT e de fundos constitucionais, o PRONAF concede crédito com juros favorecidos aos pequenos agricultores familiares e às cooperativas e associações de produção, desde que formadas por pequenos produtores. Os empréstimos podem ser usados no custeio da safra e da atividade pecuária ou em investimentos, como a compra de máquinas, equipamentos agrícolas, bens de produção e outros itens de infra-estrutura indispensáveis ao empreendimento. Os valores máximos dos financiamentos variam entre R\$ 5 mil, para custeio, e R\$ 15 mil, para investimento.

Com o PRONAF, pela primeira vez na história do país, os agricultores familiares tiveram um programa específico de acesso ao crédito bancário, que passou a ser estendido, a partir de 1999, às famílias assentadas pela reforma agrária. Em seis anos – de 1995 a 2000 – cerca de R\$ 10 bilhões terão sido colocados à disposição dos pequenos produtores, beneficiando cerca de 1,5 milhão de famílias, em três mil municípios.

Uma das principais iniciativas do governo na área de desenvolvimento rural, com elevado alcance social, o PRONAF está criando novas perspectivas para cerca de 2,5 milhões de pequenas propriedades rurais, gerando emprego e renda e consolidando a cidadania no campo. Favorece, ainda, a desconcentração do desenvolvimento econômico, o que traz benefícios não só ao meio rural, como também às pequenas e médias cidades do interior do país.

Outros programas de desenvolvimento rural – Banco da Terra e Projeto Casulo

Além do volume inédito das desapropriações e assentamentos de trabalhadores rurais sem terra, instrumentos clássicos de reforma agrária, o atual governo vem adotando ações complementares que buscam integrar o assentamento de agricultores aos planos de desenvolvimento local. O objetivo é criar e consolidar novas iniciativas de reestruturação fundiária, tendo como princípios a descentralização, a participação, as ações integradas, a emancipação dos assentados e a diversificação dos instrumentos e modelos de democratização do acesso à terra.

Programas criados nos últimos dois anos representam alternativas à reforma agrária clássica, contribuindo para a indispensável inserção econômica dos novos proprietários, que precisam, como qualquer empreendedor, alcançar eficiência, aprender técnicas modernas, usar a tecnologia, tornar-se competitivos, enfim. Do contrário, a reforma agrária apenas cristalizaria a pobreza no meio rural.

Banco da Terra – Em fase de implantação, é um fundo para financiar a aquisição de terras, gerido pelo BNDES, sob a orientação de um conselho integrado também por representantes dos trabalhadores rurais. A carta de crédito cooperativo, uma inovação que complementa a intervenção tradicional, é integrada ao mercado e desvinculada do Estado, em todas as etapas do processo, desde a seleção da terra a ser comprada até a execução do projeto agrícola. Representa verdadeiramente, portanto, um novo modelo de política fundiária.

Nesse novo modelo, a intervenção direta do Estado cede lugar à própria comunidade, que vai ao mercado, escolhe a terra, recorre ao crédito fundiário e traça seus projetos de desenvolvimento. Os resultados econômicos e sociais certamente serão superiores aos do modelo convencional, uma vez que o produtor e sua associação assumem, desde o início, a gestão da atividade. Em 1999, primeiro ano de efetivo funcionamento, o Banco da Terra financiou dez mil famílias, tendo liberado cerca de R\$ 115 milhões.

Projeto Casulo – É outra experiência inovadora de desenvolvimento local, que tem como objetivo maior implantar um modelo descentralizado e participativo de ação fundiária. Prefeituras e governos estaduais cadastram agricultores sem terra e identificam áreas públicas municipais e estaduais disponíveis ou que possam ser adquiridas. O governo federal garante os créditos e divide, com os demais parceiros, o financiamento para a infra-estrutura social. Atualmente, existem 32 projetos implantados, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, atendendo a um total de 1.304 famílias.



C O M P R O M I S S O 4

Promover a integração social, a proteção aos direitos humanos e a eliminação de quaisquer formas de discriminação

Programa Comunidade Ativa

A partir de 1999, o Programa Comunidade Ativa passou a ser o principal instrumento de ação da secretaria-executiva do Programa Comunidade Solidária, instituído em 1995 e que será descrito mais adiante. O Comunidade Ativa configura-se como uma nova estratégia do governo federal, em parceria com estados, municípios e organizações da sociedade, para induzir o desenvolvimento de localidades carentes de todo o país. Esta nova concepção parte da idéia de que só o desenvolvimento local integrado e sustentável pode superar a pobreza e a exclusão social.

Nesse novo paradigma, que se baseia na identificação de carências e potencialidades econômicas e sociais de municípios pobres, para traçar um plano de ação local, os recursos serão mais bem utilizados e também haverá geração de renda no processo de desenvolvimento. Segundo esta concepção, além de proteção, essas comunidades precisam de promoção social por meio de parcerias entre atores governamentais e não-governamentais. São as parcerias para a promoção que vão alavancar recursos novos. O Programa ainda está em fase de implantação em cerca de 300 municípios.

Integração social dos afro-descendentes

Último país do mundo a libertar seus escravos, em 1888, o Brasil entrou no século XX carregando a pesada herança da escravidão. Livres, mas sem direitos, os ex-escravos e seus descendentes formaram a primeira grande massa de brasileiros excluídos. Até a década de 1940, esse grande contingente de marginalizados sequer era percebido pela sociedade brasileira. Não existia perante a Constituição nem era incluído pelas políticas públicas. Era simplesmente ignorado.

Essa herança cobra um alto preço até hoje. Não se pode tratar de miséria e exclusão, no Brasil, sem levar em conta a variável racial: embora metade da população brasileira seja branca, 69% dos pobres e miseráveis são negros ou mestiços. Entre eles, a escolaridade média é dois anos menor do que entre os brancos.

Três séculos de convivência com a escravidão geraram uma mentalidade de indiferença em relação à desigualdade, à violência e à exclusão que imobilizaram a população negra, no espaço inferior da pirâmide social brasileira. Somente na segunda metade deste século, essa mentalidade passou a ser posta em cheque por uma nova classe média e pelas massas populares urbanas.

Mesmo assim, o processo foi lento, em parte pela política não-escrita de dissimulação dos problemas, abrigada sob o mito da democracia racial brasileira. De forma inédita, a partir de 1995, o Estado passou a reconhecer o racismo entre as variáveis situadas na raiz dos desequilíbrios estruturais do país, como a desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades.

A introdução da variável racial no debate da questão social brasileira permitiu a identificação de áreas de atuação do Estado que respondessem às aspirações específicas dos afro-descendentes, como justiça e direitos humanos, cultura, educação e saúde, além do caso particular dos remanescentes de quilombos – comunidades formadas no século passado por escravos fugidos ou recém-libertos.

Justiça e segurança – No que se refere a justiça e segurança, estão sendo criados: a) o sistema de informações para a proteção dos direitos da população negra, com a participação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, conselhos da comunidade negra e órgãos responsáveis

por políticas públicas nos três níveis de governo; b) delegacias especializadas no atendimento a vítimas de crimes raciais, nos diferentes estados da federação; c) bancos de dados sobre a situação da população negra, em aspectos específicos, como o acesso ao mercado de trabalho.

No dia 13 de maio de 1997, data em que se completavam 109 anos da abolição da escravidão no Brasil, foi sancionada uma lei que estabelece duras penas para o crime de racismo.

Cultura – Será criado o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, dentro de uma nova concepção de cultura para o desenvolvimento, que considera a diversidade regional, o potencial de participação no mercado, as parcerias nacionais e internacionais e, sobretudo, a necessidade de superação das desigualdades estruturais geradas pelas várias formas de discriminação e desvalorização da população negra. Com sede em Brasília, o Centro é uma iniciativa que atende a uma antiga reivindicação da população negra, de pesquisadores e do setor de turismo.

O Programa de Cultura Afro-Brasileira prevê, entre outras ações, a ampliação de acervos e a restauração de bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico afro-brasileiro. Ainda no campo da cultura, em 1996, o líder escravo Zumbi dos Palmares foi incluído no panteão dos heróis nacionais.

Educação – Os parâmetros curriculares nacionais passaram a incluir, em seus temas transversais, orientações para o tratamento adequado do multiculturalismo brasileiro e do negro, em particular. Iniciou-se a produção de material didático para o ensino fundamental que promove os valores da igualdade e da tolerância raciais, e estão em execução um programa de alfabetização, em áreas de concentração de população negra, e outro de construção de escolas, em comunidades remanescentes dos quilombos.

Valorização da mulher negra – Está sendo desenvolvido um programa específico de valorização do papel econômico, político e cultural da mulher negra, no Brasil, que inclui pesquisa e sistematização da sua história para a difusão em bancos de dados. Intercâmbios de capacitação deverão assegurar a presença de mulheres negras brasileiras, nos principais fóruns internacionais, como a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e a Intolerância Correlata, em Genebra, em 2001, e as atividades de acompanhamento da Conferência de Beijing de 1995.

Saúde – Os conhecimentos técnico-científicos sobre as questões de saúde específicas da população negra vêm sendo ampliados e consolidados, mediante financiamento de pesquisas clínicas e epidemiológicas. Com base nesses estudos, já foram colocadas em prática estratégias diferenciadas, como a elaboração e implementação de um programa nacional de controle da anemia falciforme, doença típica das populações negras.

Quilombos – A Constituição de 1988 reconheceu aos remanescentes dos quilombos o direito à propriedade da terra que ocupam, em função da importância da preservação do conjunto de valores e tradições mantidos pelas comunidades. A maioria das áreas existentes – 724 comunidades – já foi cadastrada para a titulação da posse definitiva das terras pelos descendentes de escravos. Estão sendo preparados projetos de desenvolvimento sustentável, em parceria de vários órgãos do governo com a iniciativa privada e com organizações não-governamentais, para implantação nessas comunidades.

País que tem a maior população negra fora da África, somente agora o Brasil começa a construir uma agenda de desenvolvimento nacional que contempla a participação ativa dos negros. Cada vez mais, dissemina-se a percepção de que a exclusão social brasileira também tem cor e que

uma agenda de enfrentamento das desigualdades passa pela inserção social dos afro-brasileiros e dos povos indígenas, assim como pela valorização da diversidade cultural do país.

Integração social dos indígenas

Na agenda social do governo, a questão indígena tem assegurada a sua importância. Ela se traduz na determinação de garantir os direitos coletivos das sociedades indígenas, a começar dos que dizem respeito à sustentação econômica e ambiental, e levando na devida conta as peculiaridades étnicas, culturais e lingüísticas de cada grupo.

A população indígena brasileira é estimada, hoje, em cerca de 350 mil pessoas. As taxas de crescimento demográfico entre os índios têm sido, nas últimas três décadas, mais de 10% superiores à taxa média de crescimento da população. Em 1970, a população indígena era estimada em pouco mais de cem mil pessoas.

Para garantir a integridade física e cultural das sociedades indígenas, a política executada a partir de 1995 assenta-se em dois eixos: demarcação das terras e acesso universal aos serviços públicos de saúde e educação – incluindo escolarização específica e intercultural.

Demarcação das terras indígenas – Nos últimos cinco anos, o governo emitiu 105 atos legais de reconhecimento dessas terras. A área total regularizada neste período – 32 milhões de hectares – é quatro vezes maior do que o território da Áustria. Corresponde a pouco mais de um terço do total de terras indígenas reconhecidas no Brasil (97,2 milhões de hectares) – que, por sua vez, representam mais de um décimo do território nacional, de 8,5 milhões de km². É mais do que fizeram todos os governos anteriores.

Educação – Pela primeira vez na história, o Ministério da Educação está desenvolvendo ações que garantam uma escola dos índios e para os índios. A mais importante iniciativa nesse sentido foi a definição de parâmetros curriculares especialmente voltados às escolas indígenas, que até então se orientavam por currículos que pouco ou nada tinham a ver com sua história e com sua cultura. O esforço de adaptação dos currículos às escolas indígenas foi feito de forma a preservar e a valorizar a língua materna e as tradições culturais dos índios. Também está em andamento um projeto de formação e qualificação de professores indígenas.

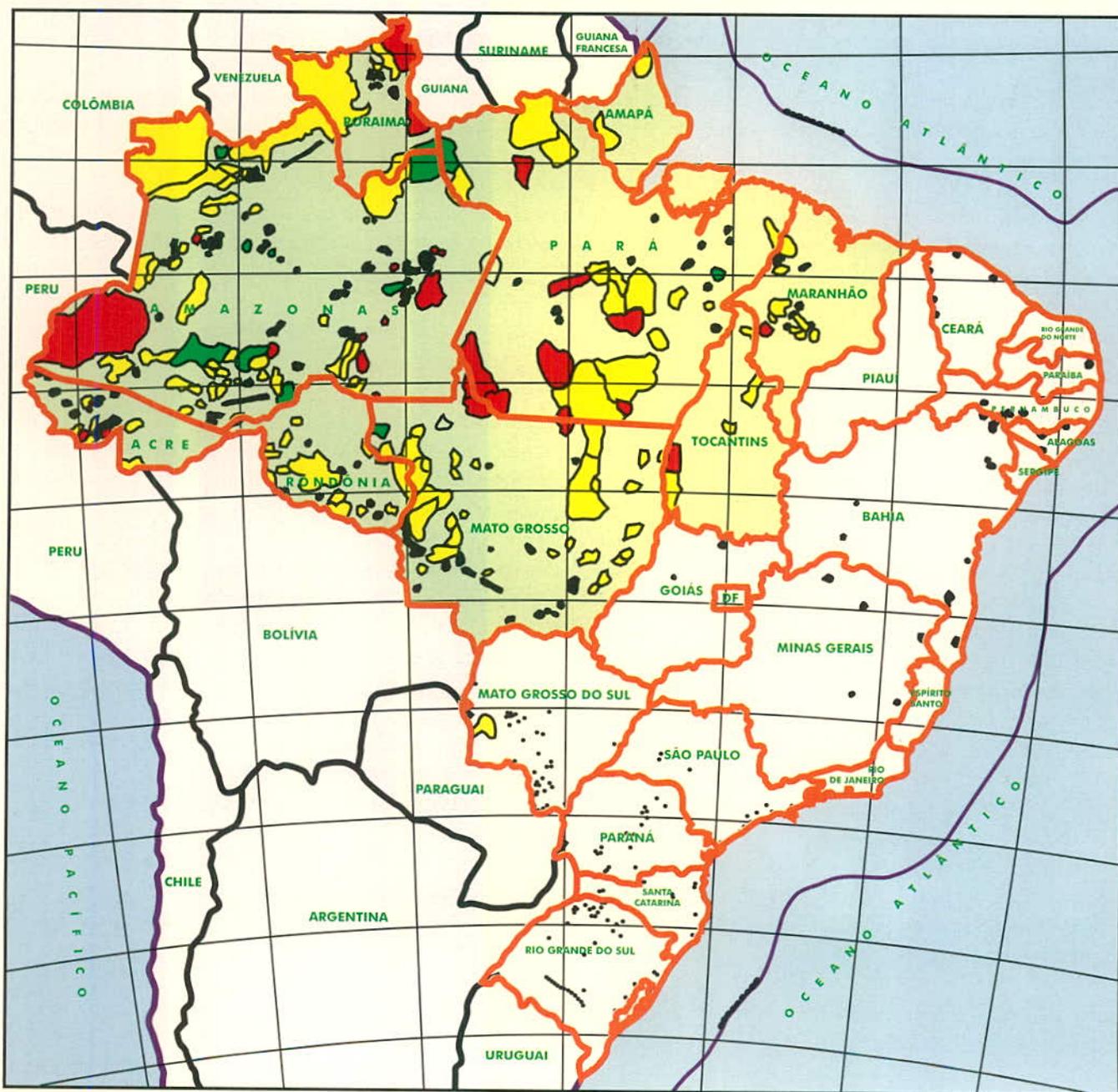
Saúde – A saúde indígena, cujas atividades estavam divididas entre a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão do Ministério da Justiça, e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, do Ministério da Saúde, passou a ser atribuição exclusiva da FUNASA. A Fundação tem, hoje, um orçamento três vezes maior do que a soma dos recursos anteriores, para cuidar da assistência integral à saúde dos povos indígenas.

Até o fim do ano 2000, mais de R\$ 100 milhões serão investidos na assistência médico-sanitária às comunidades indígenas, para uma população estimada de 350 mil índios de 215 etnias. A assistência será prestada por meio da criação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que levarão em conta as especificidades etnoculturais, sociais e sanitárias dessas comunidades, distribuídas entre 24 estados da federação e cerca de 2.500 municípios brasileiros.

Estatuto do Índio – Essas medidas embutem a preocupação de superar com urgência o modelo de relação tutelar individual, que mantém o indígena na periferia da cidadania, para um modelo de tutela de direitos coletivos, consagrado na Constituição. Por isso, está sendo colocado em discussão um novo Estatuto do Índio. Trata-se da consolidação de uma estratégia que se fundamenta nas premissas de cidadania plena, respeito à identidade étnica e apoio aos projetos de futuro das populações nativas.

Mapa 1:

Terras indígenas no Brasil



■ Terras Indígenas Demarcadas = 76 milhões de hectares ■ Terras Indígenas em Demarcação = 21 milhões de hectares ■ Terras Indígenas a Demarcar

Total de terras indígenas reconhecidas = 97,2 milhões de hectares = 11% do Território Nacional
Total de áreas indígenas: 556

Fonte: FUNAI, com base em dados do IBGE.

Promoção e proteção dos direitos humanos

O atual governo articulou, pela primeira vez, a política de segurança pública com a defesa da cidadania e dos direitos humanos. Igualmente pioneiro foi o lançamento, em maio de 1996, do Programa Nacional de Direitos Humanos. A principal ação, agora, é a de mobilizar a sociedade civil para compartilhar a urgente tarefa de incorporar ao cotidiano de um número cada vez maior de brasileiros o espírito e a letra do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Para tanto, este programa considerou prioritário, entre outras iniciativas: a) aprovar o projeto de emenda constitucional apresentado pelo governo, em 1996, que transfere à Justiça Federal o julgamento de crimes contra os direitos humanos; b) aprovar o projeto de lei que transfere à Justiça comum o julgamento de quaisquer crimes cometidos por policiais militares; c) aprovar a legislação que amplia as possibilidades de aplicação de penas alternativas; d) propor e aprovar a reforma do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, para nele ampliar a presença da sociedade civil e aperfeiçoar sua parceria com o Estado; e) ampliar o Programa de Proteção à Testemunha, em parceria com os governos estaduais e organizações sociais, para combater a impunidade; f) ampliar o Programa de Proteção às Vítimas do Crime e suas Famílias, também em regime de parceria; g) estimular projetos inovadores para a recuperação de jovens que cometeram crimes sem violência, mediante atividades comunitárias, programas profissionais e de educação, dando ainda apoio às famílias dos infratores e às vítimas.



C O M P R O M I S S O 5

Promover o pleno respeito à dignidade humana e a conquista de igualdade e equidade entre mulheres e homens

O tema dos direitos humanos assume uma importância única quando se trata da condição feminina no Brasil. Mesmo porque se está diante de uma situação paradoxal. De um lado, a rapidez e a intensidade com que as mulheres vêm ocupando seu lugar na nova sociedade de massas, não obstante as barreiras e preconceitos, surpreende até os observadores mais otimistas. Mais mulheres do que homens estão na escola. A escolaridade média das mulheres ultrapassou a dos homens, nos últimos anos. E são mulheres quatro em cada dez pessoas que fazem parte da população economicamente ativa.

De outro lado, embora tendam a ser mais instruídas que seus colegas homens, as mulheres não só recebem salários 33% em média inferiores aos deles, como também têm oportunidades menores de ascensão profissional. Além disso, uma em cada quatro famílias brasileiras é chefiada por mulher. Se for negra, a chance de que essa família seja muito pobre é bem maior.

A par dos avanços na educação e de programas específicos de saúde da mulher, o governo tem atuado em outros três aspectos cruciais da questão feminina: o combate à violência contra a mulher, a igualdade de oportunidades no serviço público e o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de promoção da condição feminina.

Combate à violência contra a mulher

O atual governo teve a iniciativa pioneira de criar o Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher. No âmbito desse Programa, são consideradas iniciativas relevantes: a) lei destinada a punir especificamente a violência doméstica; b) instalação, em todo o território nacional, de casas-abrigo para mulheres vítimas de agressões domésticas, a exemplo das que já existem em nove estados; c) expansão das Delegacias Especializadas da Mulher; d) adoção, nos hospitais da rede pública e conveniada, de prontuário específico para as vítimas de violência doméstica e sexual; e) repressão permanente à exploração sexual.

Incentivo à igualdade de oportunidades

No Brasil, embora representem elevada percentagem dos servidores públicos, as mulheres ocupam um número desproporcionalmente baixo de vagas, nas categorias superiores do funcionalismo. Para corrigir essa distorção, o governo instituiu um Plano de Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na Função Pública. A iniciativa também tem o objetivo de servir de exemplo para outras esferas de governo e para o setor privado.

Aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de promoção da condição feminina

Conforme compromissos assumidos pelo Brasil, na Conferência Mundial de Beijing, em 1995, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça, mas com representantes da sociedade, foi incumbido de elaborar um plano nacional de promoção da igualdade de gênero.

O alcance desse plano será ampliado graças aos mecanismos institucionais referidos nos seguintes compromissos: a) fortalecer o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para que tenha participação ativa na formulação e no acompanhamento das políticas públicas correlatas, bem

como na revisão da legislação vigente, a fim de eliminar toda e qualquer discriminação entre os sexos; b) dotar o Conselho dos meios que lhe permitam fomentar parcerias entre instâncias públicas e privadas voltadas para a promoção da condição feminina no país; c) estimular os governos estaduais e municipais a implantar organismos próprios de defesa dos direitos da mulher, a fim de formar uma rede de promoção da igualdade que cubra todo o território nacional.

Principais avanços na educação

A equidade por gênero, na educação, foi praticamente alcançada pelo Brasil. Dados de 1998 revelam que a diferença a favor dos homens, na escolaridade média registrada até 1995, não existe mais. A alteração deste quadro reflete, em especial, a rapidez com que tem declinado o analfabetismo entre as mulheres mais jovens.

A ascensão educacional das mulheres fica evidenciada quando se comparam os níveis de escolarização da população por sexo. Até o final dos anos 80, prevalecia um padrão histórico no qual os homens estavam em vantagem, em termos de média de anos de estudo. Esta posição se inverteu, na década de 90, quando as mulheres melhoraram mais rapidamente o seu perfil educacional.

Com efeito, no período de 1990 a 1996, a média de anos de estudo aumentou de 5,1 para 5,7 entre os homens e de 4,9 para 6,0 entre as mulheres, o que indica que elas deram um salto de mais de um ano, enquanto eles avançaram meio ano.

Entre os fatores socioeconômicos e culturais que explicam este fenômeno, sem dúvida o de maior influência tem sido o ingresso da mulher no mercado de trabalho. A profissionalização estimula a mulher a buscar um melhor nível de escolaridade, até mesmo como forma de compensar a discriminação salarial de gênero, que ainda existe.

De outra parte, e paradoxalmente, a perversa e precoce entrada no mercado de trabalho das crianças e adolescentes do sexo masculino, provenientes das famílias de baixa renda, está contribuindo para o avanço mais acelerado dos níveis de escolaridade entre as mulheres. Este fator de exclusão escolar está sendo enfrentado por meio de iniciativas como os programas de complementação de renda familiar associados à educação. As experiências mais consolidadas, como é o caso dos programas de bolsa-escola, têm comprovado a eficácia dessa estratégia para garantir a permanência de crianças carentes no sistema escolar.

Programas de atenção especial à saúde da mulher

O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher tem três áreas principais de ação: redução da mortalidade materna, humanização do atendimento à gestante e diminuição dos casos de câncer do colo do útero.

Dois indicadores importantes comprovam o avanço da atenção básica à mulher: a) o número de exames de pré-natal realizados pelo sistema público de saúde passou de 2,8 milhões, em 1995, para 7,6 milhões, em 1998, embora a taxa de natalidade seja declinante. Ainda assim, espera-se dobrar esse número até 2002; b) o número de consultas médicas em ginecologia passou de 7,6 milhões para 13,1 milhões, no mesmo período – um crescimento de 72%.

As sucessivas campanhas nacionais de incentivo ao aleitamento materno vêm apresentando resultados além da expectativa. O Relatório Mundial da Infância do Unicef apontou o Brasil como o segundo país do mundo onde mais cresceu o hábito do aleitamento materno. Com 137 hospitais credenciados até o fim de 1999, o Brasil também é hoje o país com maior número de Bancos de Leite Humano do mundo – 114 ao todo, localizados em 21 dos 26 estados da federação e no Distrito Federal.

No atendimento específico à mulher, observa-se que, apesar dos extraordinários avanços da medicina, a falta de informação e de prevenção são os maiores aliados de doenças como o câncer do colo do útero. Por não ser diagnosticada e tratada a tempo, esta doença é responsável pela morte de uma brasileira a cada uma hora e 15 minutos e por 15% dos tumores malignos detectados nas mulheres do país. Na campanha de prevenção do câncer do colo do útero, em 1999, foram identificadas 1,2 milhão de mulheres com algum tipo de infecção e 53,9 mil com câncer de colo uterino.

Para diminuir os riscos de mortalidade materno/infantil e estimular a prática do parto natural, foi estabelecido um percentual máximo de cesarianas a serem pagas aos hospitais pelo sistema público de saúde. Como resultado imediato, a taxa de cesarianas na rede pública e conveniada teve uma queda inicial de 33% para 28%. Somente entre junho e novembro de 1998, evitou-se que 106 mil mulheres fossem submetidas a um risco cirúrgico inútil e desnecessário. A mortalidade materna e a gravidez na adolescência permanecem, contudo, como desafios significativos a enfrentar, na área de saúde da mulher.



C O M P R O M I S S O 6

***Universalizar o acesso
à educação de qualidade e o
atendimento à saúde física e mental***

O Brasil investe o equivalente a 5,2% do PIB em educação. É uma proporção razoável, igual à de muitos países desenvolvidos, mas insuficiente diante do atraso de décadas que o país acumulou por descaso com a educação de massa.

Não obstante ainda estar longe de onde precisa chegar, o panorama da educação brasileira apresentou significativa melhora, nos últimos cinco anos, com declínio da taxa de analfabetismo, expressivo aumento do número de matrículas em todos os níveis de ensino e gradual crescimento da escolaridade média da população.

Existem hoje no Brasil, matriculados em todos os níveis de ensino, cerca de 54,3 milhões de estudantes, o que representa 1/3 da população. As escolas do setor público atendem 45,8 milhões de alunos na educação básica – infantil, fundamental e média. Esse número equivale a 87,8% do total de estudantes.

Estrategicamente, coube ao governo federal assumir um novo papel. Até meados da década de 90, o Ministério da Educação executava, diretamente, vários programas de apoio ao desenvolvimento da educação básica, concorrendo com estados e municípios. A partir de 1995, com a ênfase na política de descentralização, a função do governo central na educação básica passou a ser redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e um padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos estados e municípios. Diversos programas foram criados com esse intuito.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

O sistema educacional brasileiro começou a se transformar com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em dezembro de 1996. A partir dela, União, estados e municípios tiveram definidas as suas responsabilidades. Outra inovação: as escolas passaram a ter mais autonomia, os conteúdos dos currículos tornaram-se mais flexíveis e a qualificação do magistério foi estimulada.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF

Principal iniciativa do governo para tornar viável a estratégia de dar prioridade absoluta à expansão do acesso ao ensino fundamental, o FUNDEF alterou completamente os mecanismos de financiamento da educação. Até a criação do Fundo, não havia correspondência entre a repartição dos recursos e o número de alunos matriculados. Em cidades mais ricas, com redes municipais de ensino pequenas e poucos alunos, o dinheiro sobrava. Nas cidades pobres, com grandes redes e muitos alunos, faltavam recursos.

A Emenda Constitucional nº 14, que criou o FUNDEF e foi aprovada em 1996, corrigiu esta distorção. A divisão da receita entre o estado e seus municípios passou a ser proporcional ao número de alunos matriculados nas escolas de cada rede de ensino. Dos 25% que a Constituição obriga os estados a investir em educação, 60% – o equivalente a 15% de toda a arrecadação fiscal – devem se destinar, exclusivamente, ao ensino fundamental.

O Fundo definiu também um gasto mínimo por aluno/ano. Estados mais pobres, que não alcançam esse mínimo, recebem uma complementação de recursos do governo federal. A nova sistemática estimulou os governos locais a matricular todas as crianças na escola.

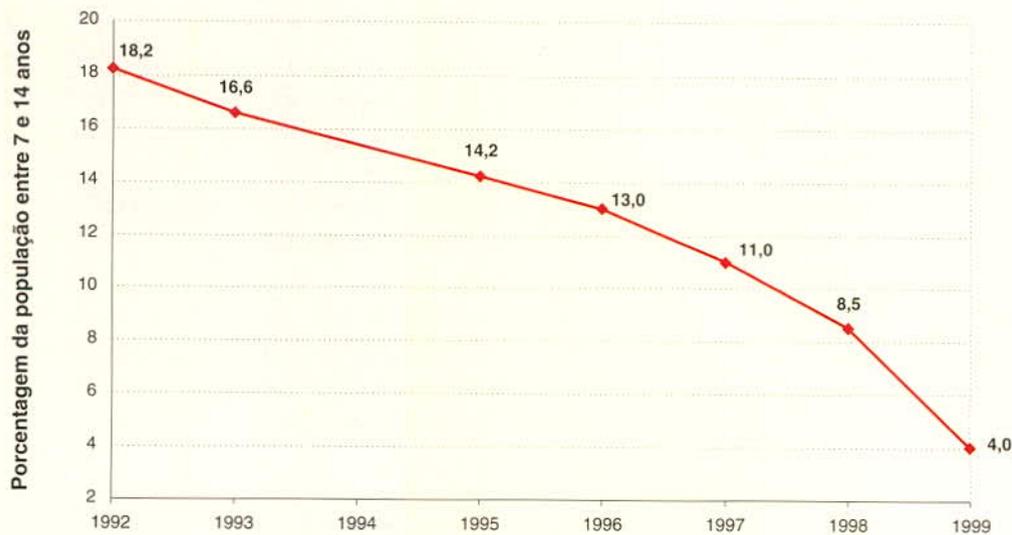
Programa Toda Criança na Escola

As transformações no panorama educacional brasileiro foram aceleradas com o programa *Toda Criança na Escola*, uma ampla mobilização dos governos federal, estaduais e municipais e da comunidade para matricular as crianças que ainda estavam fora das salas de aula. Em 1992, 18,2% das crianças entre 7 e 14 anos não estavam na escola. Em 1999, apenas 4% não estavam matriculadas, o que deixa o Brasil muito próximo da universalização do acesso ao ensino fundamental.

Outro dado relevante é a queda mais acentuada na taxa de analfabetismo entre a população de 15 anos de idade ou mais. Em 1990, 18,3% eram analfabetos; em 1998, 13,8%. A evolução mais alentadora ocorreu na faixa etária de 15 a 19 anos, onde a taxa de analfabetismo caiu pela metade, de 12% para 6%. Com a rápida redução das taxas entre os jovens, o analfabetismo no Brasil tende a se tornar um fenômeno cada vez mais restrito às gerações mais velhas.

Gráfico 6 :

Porcentagem de crianças fora da escola - 1992-1999

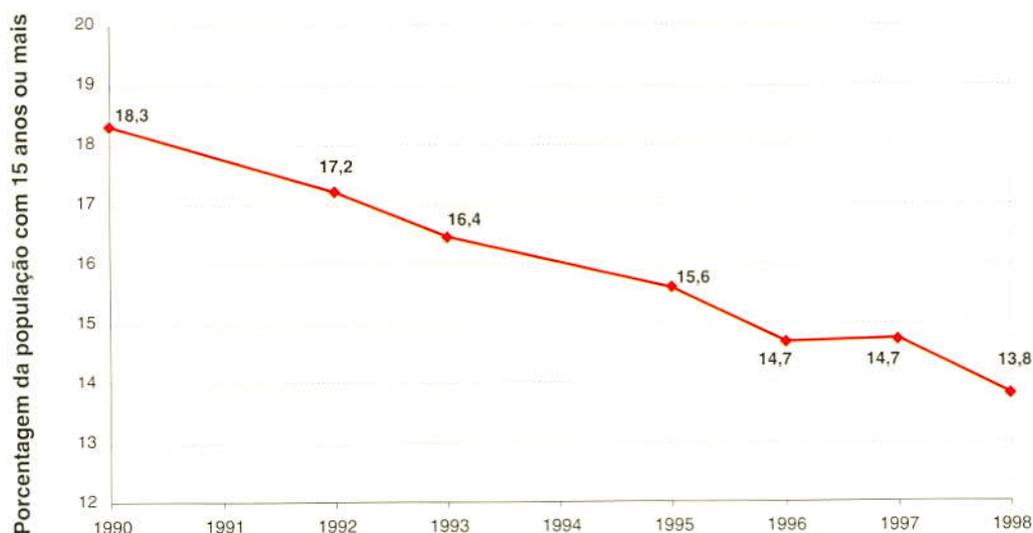


Fonte: 1992-98: IPEA, com base na PNAD; 1999: INEP

Elaboração: IPEA

Gráfico 7 :

Taxa de analfabetismo - 1990-1998



Fonte: IPEA, com base na PNAD

Elaboração: IPEA

Municipalização e controle social do gasto público

A nova Lei de Diretrizes e Bases desencadeou um amplo processo de *municipalização* do ensino fundamental e de *estadualização* do ensino médio. Essa mudança de perfil facilitou o controle social do gasto público em educação. Um exemplo de descentralização, transparência, participação, fiscalização e eficiência do gasto público é o **Programa Dinheiro Direto na Escola**. Por meio dele, as escolas passaram a receber diretamente os recursos federais, antes transferidos por um sistema burocratizado, dispendioso e que possibilitava a manipulação política das verbas da educação.

Sem a intermediação dos governos estaduais e municipais, a aplicação dos recursos é feita agora com a participação direta da comunidade. O Ministério da Educação exige que a escola tenha, para se credenciar ao programa, uma Associação de Pais e Mestres ou um Conselho Escolar. A verba é depositada em uma conta da Associação ou do Conselho, que administra o dinheiro em parceria com a direção da escola. Outro propósito do governo – o de fortalecer a mobilização social em benefício da qualidade do ensino e da escola pública – vem sendo alcançado por meio do programa: mais de 56 mil novas Associações de Pais e Mestres se formaram nos últimos cinco anos, em todo o país.

Programa de Aceleração da Aprendizagem

Um dos maiores problemas do sistema educacional brasileiro são as altas taxas de evasão escolar, decorrentes muitas vezes do desânimo causado pela repetência, que distorce a relação entre a idade do aluno e a série que ele frequenta. Para enfrentar a questão, o Ministério da Educação criou o Programa de Aceleração da Aprendizagem, que permite ao aluno avançar mais rapidamente nos estudos até alcançar a série compatível com a sua idade. Cerca de 1,2 milhão de alunos já frequentam essas classes especiais, em todos os estados brasileiros, de um total de sete milhões de estudantes fora da faixa etária, matriculados nas escolas de educação básica.

A taxa de promoção, que mede o número de alunos que passou de série, aumentou de 64,5%, em 1995, para 72,7%, em 1997. No mesmo período, a repetência caiu de 30,2% para 23,4% dos alunos e a taxa de abandono da escola baixou de 5,3% para 3,9%.

Reforma curricular

Para melhorar a qualidade, o Ministério da Educação está promovendo uma reforma curricular de todos os níveis de ensino. Em uma iniciativa inédita, foram definidos os parâmetros curriculares nacionais para as oito séries do ensino fundamental, além de referenciais para a educação infantil e para uma ampla reformulação do sistema de formação de docentes.

Programa Nacional do Livro Didático e Bibliotecas Escolares

Este programa figura como um dos grandes responsáveis pela melhora do ensino em todo o país. Até 1995 restrito aos alunos das quatro primeiras séries do ensino fundamental, o programa responde hoje pela distribuição de livros didáticos para as oito séries. São obras que passam por uma rigorosa avaliação feita por comissões de professores, instituídas há cinco anos. Somente em 1998, o Ministério da Educação distribuiu, gratuitamente, cerca de 110 milhões de livros didáticos.

O Programa de Bibliotecas Escolares também foi ampliado. Escolas de todo o país receberam 20 mil coleções da biblioteca do professor, constituída de obras de referência sobre a formação histórica, social e política do Brasil. Outras 35 mil bibliotecas de literatura infanto-juvenil, destinadas aos alunos do ensino fundamental, foram entregues às escolas, em 1999.

TV Escola e informática na sala de aula

O Programa TV Escola, há três anos no ar com o objetivo principal de capacitar a distância os professores em todo o país, representa hoje bem mais do que isso. Contribui também para tornar mais dinâmicas as aulas e serve de veículo de formação continuada de docentes, estendendo sua atuação à comunidade. Nos finais de semana, há sessões de documentários abertas à população.

Todas as escolas de ensino fundamental com mais de cem alunos ganharam um kit tecnológico composto de televisor, videocassete, fitas VHS e antena parabólica. Em dois anos, foram distribuídos cerca de 57 mil conjuntos de equipamentos. As escolas recebem via satélite os programas educativos. Aproximadamente um milhão de professores e 28 milhões de estudantes são beneficiados.

Outra ação destinada a melhorar a qualidade do ensino público é o Programa Nacional de Informática na Educação, que está levando tecnologia à sala de aula. Até o momento, 30 mil computadores e acessórios foram instalados em mais de duas mil escolas de todo o país, beneficiando diretamente cerca de 200 mil alunos. A meta do programa é instalar, até 2001, cem mil computadores em seis mil escolas, com atendimento a 7,5 milhões de estudantes.

Reforma do ensino médio

A adequada preparação do jovem brasileiro para o mercado de trabalho depende da ampla reforma do ensino médio, que está em andamento. A primeira medida foi a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, de caráter obrigatório. Em seguida, separou-se o ensino médio do ensino técnico, tornando-os independentes, e se decidiu que o curso profissionalizante passaria a ser complementar ao nível médio. Essa separação contribuirá para universalizar o acesso ao ensino médio, outra das metas governamentais.

A expansão do ensino fundamental levou a um crescimento explosivo do número de matrículas no ensino médio: 57% entre 1994 e 1999. Naquele ano, 22,7% dos jovens de 15 a 17 anos de idade estavam matriculados no ensino médio; cinco anos depois, esse índice chega a 32,6%, o que ainda é muito baixo. O Brasil tem hoje mais de 7,8 milhões de alunos no ensino médio, e as previsões indicam que, em 2002, serão cerca de dez milhões.

Diante do grande aumento de matrículas, o governo federal dispôs-se a garantir recursos e assistência técnica aos estados, que são os responsáveis pelo ensino médio, de acordo com a Constituição. Um financiamento de US\$ 500 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID vai custear a qualificação e a formação de professores, a construção, a ampliação e a melhoria das instalações e prédios escolares e a adequação de laboratórios e bibliotecas.

Reforma da educação profissional

A proposta dessa reforma é a de tornar a educação profissional mais próxima dos mercados de trabalho local e regional, oferecendo cursos de acordo com a demanda. Isso atrairá jovens de menor renda, que não irão para a universidade, porque precisam trabalhar. Uma estrutura curricular em módulos, associada a conteúdos flexíveis, permitirá ao aluno fazer vários cursos curtos e, portanto, se qualificar para diversas funções.

Com o objetivo de expandir a educação profissional, o governo federal obteve financiamento internacional de US\$ 500 milhões. Os recursos serão investidos para reequipar as escolas técnicas públicas e criar uma rede de escolas profissionalizantes comunitárias, em parceria com municípios, entidades sindicais e associações.

Expansão da matrícula no ensino superior

Em termos absolutos, nos últimos quatro anos, a matrícula no ensino superior cresceu mais do que nos 14 anos anteriores. A partir de 1995, registraram-se 424 mil novas matrículas. Em 1998, havia mais de 2,1 milhões de alunos no ensino superior, um acréscimo de 28% em relação a 1994. É um avanço impressionante, considerando-se que, de 1980 a 1993, a expansão do ensino superior foi de apenas 20,6%.

O crescimento também foi significativo, no sistema de pós-graduação. O número de alunos aumentou de 43 mil, em 1994, para 53,9 mil, cinco anos depois. O Brasil formava pouco mais de nove mil mestres por ano; hoje, são mais de 14,4 mil. No mesmo período, o número de doutores formados por ano cresceu de menos de 2,5 mil para 4,7 mil. Significa que, em cinco anos, quase dobrou o número de doutores formados anualmente. A concessão de bolsas de estudo para doutorado expande-se continuamente: 5.867 bolsas foram concedidas, em 1994, e 8.009 bolsas, quatro anos depois.

Nos últimos cinco anos, o governo federal investiu R\$ 100 milhões em bibliotecas, computadores e infra-estrutura de informatização das universidades públicas. Outros US\$ 300 milhões serão investidos, a partir de 2000, por meio de uma licitação internacional, na compra de equipamentos para laboratórios de graduação e hospitais universitários.

Pesquisa e avaliação

O governo federal montou um sistema completo de pesquisa e avaliação de todos os níveis da educação brasileira, em apenas cinco anos, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. As pesquisas e os exames de avaliação do ensino se tornaram hoje instrumentos indispensáveis ao planejamento e à execução das políticas públicas do Ministério da Educação. A partir de seus resultados, além de gastar mais, o governo passou a gastar melhor e criou condições para vincular a expansão do sistema de ensino à qualidade e não apenas à quantidade.

Compromissos cumpridos na área de saúde

A Constituição Federal de 1988 consagrou o pleno direito dos brasileiros à saúde. Os princípios doutrinários de universalidade, eqüidade e integralidade são, assim, a base que sustenta todas as definições de caráter político-legal do sistema brasileiro de saúde. A partir daí, surgiram iniciativas importantes para a conformação do modelo universal, igualitário e participativo que hoje está em construção.

A maior expressão desses princípios foi a criação do Sistema Único de Saúde – SUS. Entre as principais diretrizes do SUS, destacam-se: a) a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, a regionalização da rede e a hierarquização dos serviços; b) a participação da sociedade e o exercício do controle social, por meio de instâncias colegiadas; c) o financiamento dos serviços, de caráter eminentemente público, por contribuições e impostos arrecadados pelas esferas federal, estadual e municipal e de responsabilidade dos três níveis de governo.

O modelo de atenção à saúde, no Brasil, está passando por profunda mudança de filosofia e de ação. Busca-se inverter a lógica que privilegiava o tratamento das doenças em hospitais, concentrando-se as ações na promoção da saúde, de forma a evitar que as pessoas fiquem doentes. Programas criados ou ampliados a partir de 1995 tornaram-se os instrumentos dessa mudança.

Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Pessoas das próprias comunidades são treinadas para disseminar informações sobre cuidados básicos de saúde, mediante o pagamento de um salário mínimo por mês. Este programa está consolidado, graças à prioridade a ele conferida pelo governo federal, nos últimos dois anos. Mediante visitas domiciliares, os agentes responsabilizam-se por fornecer orientação, identificar problemas e acompanhar procedimentos de saúde. Já estão presentes, hoje, na vida de 65 milhões de cidadãos.

Programa de Saúde da Família

Ao trabalho preventivo dos agentes soma-se a ação das equipes desse programa, formadas por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e até seis agentes de saúde. Cada equipe é responsável pelo atendimento de uma média de 860 famílias da comunidade em que se instala, com ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. É um trabalho fundamental para reduzir a demanda por assistência hospitalar.

Iniciado em 1994, o Programa de Saúde da Família garante assistência a cerca de 21 milhões de pessoas. De 328 equipes, logo que começou, passou-se para seis mil, em 1999, atuando em todas as regiões do país. No mesmo período, o número de municípios atendidos aumentou de apenas 55 para dois mil. Em 1998, a verba para os dois programas era de R\$ 218 milhões. Um ano depois, subiu para R\$ 380 milhões, um aumento de 74,3%. Em 2000, a previsão é de novo salto, desta vez, para R\$ 680 milhões.

A meta do Ministério da Saúde é ter 150 mil agentes comunitários e 20 mil equipes de Saúde da Família, em 2002. Com isso, metade da população brasileira – cerca de 83 milhões de pessoas – estará sendo assistida e a opção pelo modelo de promoção à saúde será irreversível.

Piso de Atenção Básica – PAB

Criado em janeiro de 1998, o Piso de Atenção Básica implantou um novo sistema de financiamento das ações básicas de saúde, que impulsionou a descentralização desses serviços e eliminou a possibilidade de discriminação política, na repartição de recursos com os municípios. As prefeituras dos 5.507 municípios passaram a contar com um mecanismo automático de repasse de verbas para ações de atenção básica: consultas médicas gerais, exames de pré-natal, higiene bucal, planejamento familiar, vacinação e todas as atividades que os agentes de saúde executam, em suas comunidades.

Com a implantação do PAB, foi possível controlar a prática do clientelismo, ainda presente na cultura política brasileira. O Fundo Municipal de Saúde é abastecido, mensalmente, com recursos do Ministério da Saúde, sem interferência de nenhuma autoridade local.

Além de garantir um gasto mínimo de R\$ 10,00 por habitante/ano, o PAB representou um aporte adicional de R\$ 270 milhões anuais para 1.941 municípios, onde vivem 40 milhões de pessoas, e que antes aplicavam apenas R\$ 3,33 por habitante/ano. Os recursos, portanto, triplicaram nesses municípios mais pobres. No total, o programa repassa aos municípios R\$ 1,6 bilhão por ano.

Programas de Vacinação

Em um só dia, todos os anos, perto de 20 milhões de crianças são vacinadas, no Brasil, contra vários tipos de doenças, entre as quais, a poliomielite. No período de 1996 a 1999, os recursos para campanhas de vacinação quase dobraram – de R\$ 145,1 milhões para R\$ 270 milhões – o que permitiu aumentar a cobertura e aplicar novas vacinas para a prevenção de outras doenças, tais como: gripe, pneumonia, rubéola e sarampo, hepatite B, meningite, difteria e tétano.

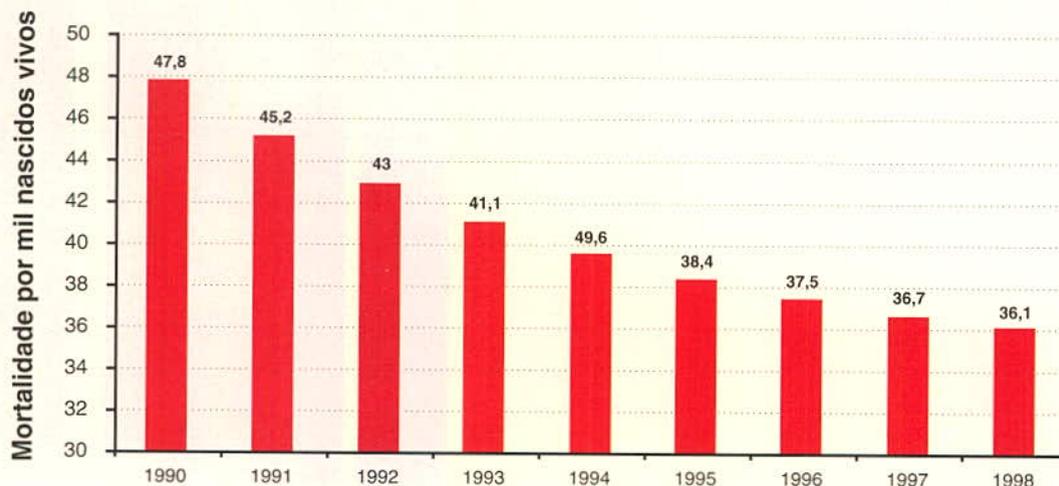
Nos últimos dois anos, a vacinação gratuita contra gripe estendeu-se a todas as pessoas com mais de 65 anos de idade. A cada ano, são vacinados nove milhões de idosos, o que está reduzindo a internação hospitalar de pessoas nessa faixa etária, por doenças respiratórias, nos meses de inverno.

Programa de Redução da Mortalidade na Infância

Para combater a mortalidade infantil, foi criado, em 1995, um programa que concentra as ações de imunização, saneamento, nutrição, assistência à saúde da mulher e da criança e implantação dos programas de Agentes Comunitários e de Saúde da Família. Com isso, o Brasil obteve seu melhor resultado da área de saúde, que foi a redução da mortalidade infantil de menores de um ano de idade. Entre 1989 e 1998, a taxa de mortalidade declinou de 50,9 para 36,1 por mil nascidos vivos – uma queda de 29,1% em nove anos.

Gráfico 8:

Mortalidade infantil - Brasil 1990-1998



Fonte: Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 a 1991 e Pnads 92 a 95/MS Elaboração: MF/SPE

Programa de Assistência Farmacêutica

Fornece gratuitamente os medicamentos mais utilizados nos postos de saúde. O programa atendia a uma população de 35 milhões de pessoas, nos municípios com menos de 21 mil habitantes, mas foi estendido a todos os municípios. Com repasse de recursos federais, os fundos estaduais e municipais de saúde adquirem e distribuem 40 medicamentos selecionados de acordo com a realidade local. Este é um exemplo de estratégia de universalização dos serviços de saúde com impacto positivo também sobre a distribuição de renda.

Transplantes de órgãos

Com a Lei dos Transplantes, aprovada em 1997, que regulamentou mecanismos de proteção dos doadores – vivos ou mortos – e dos receptores, cresceu o número de transplantes, no Brasil. Foram 3.711 cirurgias, em 1997, 4.053, em 1998, e 4.708, no ano passado. As Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos, criadas em 15 estados brasileiros, permitiram tornar efetivo o sistema de lista única estadual e padronizaram os critérios para a seleção dos receptores de cada órgão. Além da rede pública, todos os hospitais privados também passaram a ser controlados pelo sistema nacional.

Controle das doenças crônico-degenerativas

As doenças cardiovasculares representam sério problema de saúde pública, no Brasil, com 250 mil óbitos por ano, 28% de todas as mortes registradas no país e 17% das internações do Sistema Único de Saúde. A hipertensão arterial afeta 20% da população adulta – 15 milhões de pessoas – e a diabetes provoca a internação de mais de cem mil pessoas por ano.

Para controlar doenças como essas, foi criado o Conjunto de Ações para Redução Multifatorial das Enfermidades Não-Transmissíveis, estratégia que pretende reduzir de forma significativa a incidência dessas moléstias, até 2003.

Cuidados com a AIDS

O Brasil é apontado pela Organização Mundial da Saúde como um exemplo, porque mantém um dos melhores programas de prevenção à AIDS do mundo. É o único país que fornece, gratuitamente, às pessoas infectadas os medicamentos que retardam o avanço do HIV. O custo é alto e crescente – cerca de R\$ 487 milhões, em 1999 – mas a iniciativa do governo assegura aos portadores do vírus melhor qualidade de vida, maior sobrevida e menos internações hospitalares.

Mudanças institucionais: regulamentação de planos e seguros de saúde

Durante mais de três décadas, as empresas fornecedoras de planos e seguros de saúde no Brasil operaram em um mercado praticamente sem regras, embora envolvesse cerca de 40 milhões de usuários. Hoje, uma legislação define, claramente, as obrigações e os direitos de empresas e segurados. Foram cancelados registros provisórios de 2.234 produtos de 250 operadoras de planos e seguros de saúde. Para regular o setor, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar, integrada por representantes dos Ministérios da Saúde, Fazenda, Justiça, Planejamento e Casa Civil da Presidência da República.

Combate à falsificação de medicamentos

Desde o início de 2000, as embalagens dos medicamentos, no Brasil, são obrigadas a ter um selo que garante a procedência e a qualidade dos remédios à venda nas farmácias ou à disposição nos hospitais. Assegurou-se, também, o aumento da fiscalização da

procedência dos medicamentos por meio do controle da emissão de notas fiscais, medida que já teve efeitos positivos na redução das fraudes.

Produção de medicamentos genéricos

Os primeiros remédios genéricos chegaram ao mercado brasileiro em janeiro de 2000, menos de um ano depois de criada a legislação que regulamentou sua produção. O principal objetivo foi reduzir os preços dos medicamentos, inacessíveis a quase metade da população brasileira. A medida deu resultado. Os genéricos estão sendo vendidos por preços entre 30 e 55% mais baratos do que os seus correspondentes de marca, com as mesmas propriedades terapêuticas e as mesmas características de absorção pelo organismo humano. Para forçar ainda mais a queda de preços dos medicamentos, o Sistema Único de Saúde, que responde por 20% do consumo do mercado farmacêutico brasileiro, está dando prioridade em suas compras aos remédios genéricos.

A par dessas mudanças institucionais, foi criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que tem por finalidades, entre outras, garantir a qualidade dos produtos de consumo humano e evitar a entrada e a disseminação de doenças transmissíveis por aeroportos, portos e fronteiras.

Situação das doenças transmissíveis

Houve uma sensível redução na participação das doenças transmissíveis no perfil da mortalidade, no Brasil. A incidência de um grande conjunto de doenças transmissíveis para as quais já existem instrumentos eficazes de controle, como as vacinas, apresenta tendência de redução drástica. É o caso da difteria, do tétano e da coqueluche. A poliomielite, doença que acometia mais de mil crianças por ano, no início dos anos 80, foi totalmente erradicada do Brasil, em 1989. A existência da doença em outros continentes e o risco de importação do vírus justificam, contudo, a manutenção da estratégia de vacinação em massa das crianças brasileiras.

O sarampo, doença transmissível e contagiosa, que chegava a acometer de dois a três milhões de crianças, na década de 70, teve nítida redução, no período de 1980 a 1999. Um surto, que eclodiu em 1997 e causou um óbito, foi controlado nos anos seguintes. Também estão sob controle a Doença de Chagas, endêmica no Brasil há várias décadas, e a hanseníase, que diminuiu de 16,4 casos por dez mil habitantes, em 1985, para 4,3 casos, em 1998, aproximando-se da meta da Organização Mundial da Saúde de eliminá-la como problema de saúde pública.

A malária e a tuberculose apresentam um quadro de persistência e ainda exigem o fortalecimento de novas estratégias de combate. Depois de ter grande redução, nas décadas de 70 e 80, a tuberculose estabilizou-se no patamar de 90 a 100 mil casos anuais. A malária, ao contrário, reduziu-se a menos de cem mil casos por ano, naquele mesmo período, mas voltou à média de cerca de 500 mil casos anuais, 70% dos quais concentrados na Amazônia.

Doenças que reapareceram

Um terceiro grupo de doenças expressa o fenômeno mundial de emergência e re-emergência de doenças transmissíveis, com o surgimento da AIDS, no começo da década de 80. No caso do Brasil, houve também a reintrodução da cólera, a partir do Peru, em 1991, e uma epidemia de

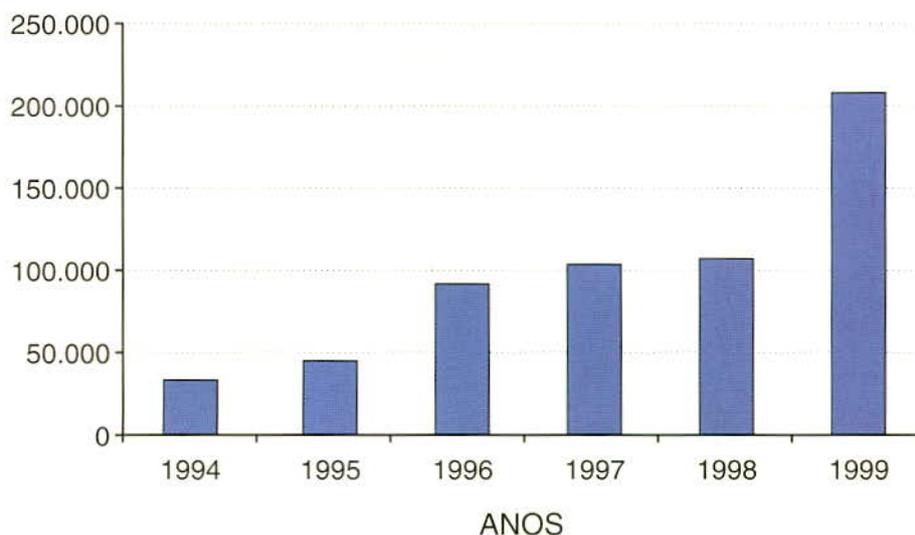
dengue, que se tornou, no final dos anos 90, uma das prioridades de saúde pública, no continente, depois de ter sido erradicada de vários países americanos, nos anos 50 e 60. A cólera teve seu pico epidêmico em 1993, mas os esforços do sistema de saúde reduziram em mais de dez vezes sua incidência, nos anos seguintes, estando hoje totalmente controlada.

A Leishmaniose Visceral, que ainda não dispõe de formas de prevenção mais efetivas, tem um comportamento cíclico, com aumento dos casos em períodos médios de cinco anos. A febre amarela silvestre, mesmo apresentando um número de casos anuais inferior ao da maioria dos países que compartilham com o Brasil a Bacia Amazônica, é alvo de atenção permanente, para proteger a população brasileira que vive nas áreas endêmicas da Amazônia e do Centro-Oeste. Desde abril de 1998, é intensificada a vacinação contra febre amarela, nessas regiões, para completar a cobertura de todos os moradores. Mais de 22 milhões de pessoas foram vacinadas, em 1999 e 2000.

A significativa participação do setor privado, no Brasil, e a condição do Estado de comprador de serviços hospitalares exigem a formulação de políticas públicas inovadoras e formas de controle social capazes de evitar que, na área da saúde, a racionalidade da eficiência econômica e da lucratividade se sobreponha à lógica dos direitos sociais.

G r á f i c o 9 :

Orçamento executado em aquisição de vacinas - Brasil 1994-1999 - R\$ 1.000,00



Fonte: FUNASA/Ministério da Saúde.



C O M P R O M I S S O 7

Acelerar o desenvolvimento de recursos econômicos, sociais e humanos da África e dos países menos desenvolvidos

O Brasil tem assumido suas responsabilidades na edificação de uma ordem internacional mais justa e estável – mesmo porque justiça e estabilidade também são requisitos para o seu próprio progresso econômico e social.

O país utiliza seus recursos diplomáticos para participar de forma efetiva na negociação das normas que regem as relações comerciais internacionais, seja na Organização Mundial do Comércio, seja em qualquer outro foro multilateral. O Brasil defende condições mais equilibradas de acesso aos mercados mundiais, situação que beneficiaria as exportações dos países menos desenvolvidos.

O Brasil deu início também a importantes parcerias internacionais com países menos desenvolvidos, especialmente na América Latina e na África subsaariana. Há ainda muito a fazer, começando pelo estreitamento dos laços com os países africanos de língua portuguesa. Passos decisivos nesse sentido já foram dados, como se verá mais adiante.

Os países mais ricos devem assumir as maiores responsabilidades no que diz respeito a medidas de apoio aos países menos desenvolvidos. Neste contexto, o Brasil registra com preocupação a evolução insatisfatória dos níveis de ODA prestada pelo países mais ricos no decorrer dos últimos anos.

Ordem econômica mundial

Nos últimos cinco anos, o governo brasileiro tem alertado, reiteradamente, as lideranças mundiais para a necessidade de se criarem mecanismos capazes de atenuar os efeitos dos choques provocados pela volatilidade dos capitais financeiros. A crise asiática e a turbulência que se irradiou a partir das dificuldades da Rússia apressaram o amadurecimento político da questão, reforçando a percepção de que iniciativas mais efetivas devem ser promovidas. Essa é e continuará a ser uma preocupação central da política externa brasileira.

O Brasil atua também no sentido de eliminar as distorções do comércio internacional, como a manutenção de subsídios às exportações agrícolas e de barreiras não-tarifárias injustificadas, que causam prejuízos a todo o mundo em desenvolvimento.

É preocupante que a globalização tenha acentuado as desigualdades dentro das nações e também, em muitos casos, entre as diferentes nações. Um ambiente internacional sadio exige a consciência de que a ordem mundial deve contribuir para aliviar desigualdades, e não consagrá-las ou aprofundá-las.

A assimetria do processo de globalização é um fato incontestável. A política externa brasileira, exatamente por ser a projeção de um país onde convivem o dinamismo econômico e a pobreza, esteve e estará empenhada em defender, em cada negociação internacional, o imperativo de maior equidade social.

Redução das dívidas dos países mais pobres

Em 1996, o Banco Mundial e o FMI criaram a Iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries) destinada a promover uma ação coordenada da comunidade internacional, incluídas as instituições multilaterais, para reduzir as dívidas, consideradas insustentáveis, dos países mais pobres e mais endividados do mundo. Foram escolhidos 41 países, a maioria da África subsaariana.

No âmbito dessa iniciativa, até maio de 2000, o Brasil havia perdoado entre 80 e 90% das dívidas da Bolívia, Costa do Marfim, Mauritânia, Moçambique e Tanzânia. Fora deste programa, o Brasil já vinha concedendo desconto de dívidas, desde 1995, a países como Cabo Verde, Guiné, Zâmbia, Mauritânia e Tanzânia, em percentuais que variaram de 50 a 67%. Em fase final de negociação encontram-se os casos da Guiné Bissau e do Senegal, que terão desconto de 67% de suas dívidas com o Brasil, e de El Salvador e Nicarágua, com redução de 95% do total da dívida.



C O M P R O M I S S O 8

Assegurar que programas de ajuste estrutural incluam metas de desenvolvimento social, em particular, de combate à pobreza e à exclusão

Programas protegidos: Rede de Proteção Social

A Rede de Proteção Social, conjunto de 22 programas de governo destinados à prestação de serviços sociais básicos para populações de baixa renda, foi criada como parte do contrato de empréstimo firmado entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em 1999. Essa rede garantiu a aplicação de recursos na área social na situação de restrição orçamentária provocada pelas crises financeiras internacionais de 1998.

Embora sem dispor de fundos específicos, esse conjunto de programas contabilizou investimentos de R\$ 11,8 bilhões em um ano, equivalentes a 104% da meta contratual anual, fixada em R\$ 11,3 bilhões. Em relação à execução física, houve igualmente substancial superação das metas em praticamente todas as ações. Graças à Rede, foram distribuídos em 1999 72,6 milhões de livros didáticos; 16,8 milhões de gestantes e crianças foram vacinadas; 2,6 milhões de trabalhadores foram treinados; e 145 mil crianças e adolescentes voltaram à escola, deixando o trabalho infantil penoso ou degradante.



C O M P R O M I S S O 9

***Incrementar de forma significativa
e utilizar mais eficientemente os recursos
alocados para o desenvolvimento social***

As exigências de ajuste fiscal e as sucessivas crises financeiras internacionais foram barreiras de porte que o Brasil precisou vencer, para executar políticas sociais abrangentes. Mesmo assim, o gasto social federal vem aumentando: de R\$ 77,7 bilhões, em 1993, passou para R\$ 114,7 bilhões, em 1998. A tendência de crescimento sustentado é confirmada pelo gasto social federal *per capita*, que era de R\$ 515,20, em 1993, e chegou a R\$ 710,70, em 1998. Como proporção do PIB, o gasto social brasileiro mantém-se estável, em torno de 21%, um dos mais altos percentuais da América Latina.

Os ganhos de eficiência resultam da reforma institucional dos serviços sociais básicos, em especial, das áreas de previdência, saúde, assistência social e educação. Trata-se de mudança de grande profundidade e abrangência, com objetivos ambiciosos. Visa a aumentar a qualidade e o grau de cobertura desses serviços, eliminar mecanismos socialmente injustos de acesso e apropriação de seus benefícios, reforçar a descentralização e o controle social na sua execução e colocar freio à reprodução de práticas clientelistas, com o propósito maior de aumentar-lhes o impacto redistributivo que, historicamente, tem-se revelado muito baixo no Brasil.

Avançou-se bastante. Concluiu-se a primeira etapa da reforma da Previdência Social, voltada à eliminação de privilégios socialmente descabidos e financeiramente insustentáveis. Reorganizou-se o aparato de Assistência Social, eliminando-se focos de desperdício de recursos públicos e de reprodução de clientelas políticas. Regulamentou-se o Fundo Nacional de Assistência Social em termos que condicionam a transferência de recursos para estados e municípios à prévia instituição e funcionamento de seus respectivos conselhos, fundos e planos de assistência social.

Novos mecanismos de transferência de recursos para estados e municípios foram implantados, nas áreas de saúde e educação. Exemplares são o Piso de Atenção Básica – PAB, na saúde, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério – FUNDEF, na educação, ambos essenciais para fortalecer a descentralização e aumentar o impacto redistributivo do gasto social.

Ampliação do espaço público

Difunde-se na sociedade brasileira a percepção de que o *público* não se confunde nem se limita ao *estatal*. Ao lado do setor público estatal e do setor privado empresarial, floresce um *terceiro setor* não-governamental e não-lucrativo. Multiplicam-se as iniciativas privadas com fins públicos.

Esta participação ativa e cotidiana dos cidadãos representa uma oportunidade inédita de ampliação dos recursos e competências para o enfrentamento dos grandes desafios nacionais, como o combate à pobreza e a incorporação dos excluídos aos direitos básicos de cidadania. Ao testar, ainda que em escala pequena, soluções inovadoras para problemas sociais, as organizações da sociedade civil acumularam um acervo de experiências, conhecimentos e padrões de atuação que as qualificam como parceiros inescapáveis do governo, na promoção do desenvolvimento social.

O reconhecimento pelo poder público deste novo perfil solidário, participante e responsável da sociedade se traduziu na construção de novos canais de participação e novas formas de articulação entre agências governamentais e organizações da sociedade. A parceria entre Estado e sociedade se amplia e se generaliza como componente essencial das políticas e programas sociais.

Ação social empresarial

A iniciativa privada tem presença significativa no atendimento às demandas sociais das comunidades, no Brasil. Pesquisa realizada em 1999, na Região Sudeste – onde se concentra mais da metade das empresas do país – indica que 300 mil organizações empresariais desenvolvem ações

sociais (67% das empresas consultadas). Elas compreendem desde pequenas doações eventuais até grandes projetos bem estruturados, nas áreas de assistência social, alimentação, saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento comunitário. A maioria dos programas atende às populações das comunidades vizinhas à empresa, especialmente em ações voltadas para as crianças e jovens.

O volume de recursos privados destinados às atividades sociais de fins públicos é de R\$ 3,5 bilhões, o que corresponde a menos de 1% da receita bruta das empresas da região. O entendimento dos empresários de que a atuação deve extrapolar o caráter assistencial e refletir um compromisso de responsabilidade social é recente, e tende a crescer.

Dada a importância da ação empresarial, é desejável reunir seus esforços ao do Estado e das organizações do terceiro setor, na busca de alternativas para os problemas sociais brasileiros.

A experiência do Programa Comunidade Solidária

Para combater a miséria e fortalecer o Estado como agente redutor de desigualdades, foi criado, em 1995, o Programa Comunidade Solidária. Mais que um programa, é uma nova estratégia de mobilização do setor público e da sociedade, para a superação de situações de exclusão social extrema, ainda existentes no país.

Essa estratégia teve os seguintes pontos de partida: de um lado, a seleção dos programas do governo federal com maior capacidade de melhorar as condições de vida das populações de baixa renda, nas áreas de educação, saúde, nutrição, saneamento, habitação, capacitação profissional e geração de renda e empregos. Esse elenco de ações formou a Agenda Básica do Programa Comunidade Solidária. De outro lado, definiu-se o âmbito prioritário de atuação do programa – municípios com maior concentração de pobreza do país, identificados a partir de indicadores como renda e taxa de mortalidade infantil, entre outros. A focalização das ações da Agenda Básica evitou a dispersão de recursos e deixou claro que o esforço de combate à miséria não se prestaria à instrumentalização de interesses político-partidários.

Na implementação dessa estratégia, a missão do Comunidade Solidária é dupla. No espaço interno do governo, atua por intermédio de sua secretaria-executiva, que não centraliza recursos nem competências de outros ministérios, mas trata de promover a articulação entre os diversos órgãos federais, estaduais e municipais, envolvidos na execução dos programas.

No espaço de interseção entre o governo e a sociedade, trabalha o conselho do Comunidade Solidária, integrado pelos Ministros da Educação, Saúde, Trabalho, Casa Civil da Presidência da República e 28 líderes da sociedade civil – empreendedores sociais, dirigentes de organizações não-governamentais, empresários, artistas e intelectuais. Sua incumbência é a de mobilizar parceiros na iniciativa privada e entre as organizações da sociedade, para o desenvolvimento de programas inovadores e efetivos de integração social.

Em ambas as missões, o Comunidade Solidária vem produzindo os resultados pretendidos. Em 1998, cerca de 40% dos recursos fiscais destinados às ações da Agenda Básica, articulada pela secretaria-executiva do programa, destinaram-se aos 1.369 municípios que compõem sua área de atuação. É um percentual bastante expressivo, considerando-se que, antes, a grande maioria deles recebia apenas esporadicamente transferências voluntárias de recursos federais. Em 1997, mais de 50% dos municípios do Comunidade Solidária executaram um mínimo de dez programas incluídos na Agenda Básica, em comparação com 17% no ano anterior.

Três programas inovadores

Articulados pelo Conselho do Programa, três programas inovadores e bem-sucedidos comprovam a eficácia das parcerias e a adesão crescente a iniciativas baseadas no princípio da responsabilidade social: Universidade Solidária, Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária.

Universidade Solidária – criado em 1995, mobiliza diversos setores da sociedade e do Estado, para trabalhar com as comunidades dos municípios mais pobres do país. Por meio da adesão voluntária de universidades e prefeituras, o programa já envolve quase mil equipes de estudantes e professores, que atuam em áreas carentes de todo o país, transmitindo informações e noções básicas sobre saúde, educação, organização comunitária e cidadania. Durante três semanas, as equipes procuram mobilizar, sobretudo, os agentes multiplicadores locais – professores e seus alunos, agentes de saúde e lideranças comunitárias.

Além de investir na organização comunitária e na busca de soluções locais para melhorar as condições de vida da população, o Universidade Solidária aposta na formação cidadã dos futuros profissionais, fortalecendo a responsabilidade social entre os jovens universitários. Contribui, ademais, para disseminar e consolidar a ação comunitária das universidades brasileiras.

Capacitação Solidária – o programa começou em 1996, com financiamento de empresas privadas e apoio de organizações não-governamentais. É voltado aos jovens de 15 a 21 anos, carentes e de baixa escolaridade, que precisam de capacitação para o mercado de trabalho. Em menos de quatro anos de atuação, financiou cerca de 1.700 cursos e capacitou 52 mil jovens, a maioria proveniente de famílias de baixa renda da periferia das capitais.

Alfabetização Solidária – é um dos melhores exemplos de ação em espaço público produzidos pelo Brasil. Por meio de campanhas, o projeto estabelece parcerias com a sociedade civil, recruta estudantes universitários e angaria recursos junto à iniciativa privada, para combater o analfabetismo, na faixa etária de 12 a 18 anos. O programa é direcionado, principalmente, para os municípios mais pobres, onde se concentra o problema do analfabetismo.

Instituído em janeiro de 1997, dois anos e meio depois, o Alfabetização Solidária já atuava em 581 municípios, a maioria nas Regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do Brasil. Até o final de 1999, o programa atendeu a 776 mil alunos, em mais de 800 municípios. As avaliações de resultado, que integram a iniciativa, comprovam sua eficácia, especialmente por ser parte de uma ação social mais ampla, desenvolvida pelo Comunidade Solidária.

Os números da expansão da solidariedade

- 9 milhões de pessoas recebem atendimento social direto hoje, no Brasil, sem nenhuma participação de recursos públicos;
- no total, a filantropia movimentou R\$ 12 bilhões por ano;
- 36 milhões de brasileiros participaram de alguma iniciativa social em 1998, seja doando dinheiro, seja contribuindo com bens materiais. Somente essas doações pessoais de cidadãos anônimos somaram R\$ 1,1 bilhão, mesmo não podendo ser descontadas do imposto de renda;
- um em cada seis brasileiros com mais de 18 anos de idade é voluntário em projetos sociais em todo o país;
- até os brasileiros mais pobres, que ganham entre um e dois salários mínimos, são doadores voluntários: 13% doam dinheiro e 20% doam alimentos e bens.



C O M P R O M I S S O 1 0

Aumentar e fortalecer os esforços em favor da cooperação internacional, regional e sub-regional para o desenvolvimento social

Nos últimos anos, vem crescendo a importância, para o Brasil, da cooperação entre países em desenvolvimento, por meio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, órgão encarregado da coordenação dos programas e projetos de cooperação técnica internacional executados por instituições brasileiras. Essa linha de atuação decorre, de um lado, da política brasileira de cooperação técnica emanada do Ministério das Relações Exteriores; de outro, da própria demanda dos países menos desenvolvidos e dos organismos internacionais, no sentido de que o Brasil disponibilize suas bem-sucedidas experiências em diversos setores.

Os principais eixos dessa política orientam-se para o fortalecimento da cooperação com os países da América Latina e Caribe, com os países africanos de língua portuguesa – PALOPs e com o Timor Loro Sae.

Entre as prioridades da cooperação do Brasil estão os Programas de Estudantes-Convênio, por meio dos quais são oferecidas vagas em universidades brasileiras, em cursos de graduação, pós-graduação e técnico, a estudantes daquelas regiões. Aos mais carentes, o governo brasileiro concede bolsa de estudo. Graças a esses programas, estudam gratuitamente hoje no Brasil cerca de três mil jovens africanos, latino-americanos e caribenhos.

Cooperação com países e latino-americanos

O Brasil mantém projetos de cooperação com todos os países da América do Sul e Central, com o México e com várias nações do Caribe. Entre eles, destaca-se o de fortalecimento de programas de controle da AIDS, que o Brasil mantém com diversos países, por ter uma atuação exemplar nessa área.

Também é um dos principais parceiros do Programa de Apoio à Recuperação Econômica de Cuba, em particular, nos projetos de capacitação de recursos humanos, modernização das relações trabalhistas e do sistema de seguridade social e de AIDS. Com o Peru, além de assistência ao programa de AIDS, o Brasil coopera na área de recuperação ambiental. Na Nicarágua, atua em projetos de produção e utilização do carvão mineral e de desenvolvimento de sementes melhoradas.

Na Bolívia, o Brasil mantém um projeto de transferência de tecnologia nas áreas de horticultura, fruticultura e grandes culturas. Na Colômbia, desenvolve ampla cooperação no projeto de administração, gestão e conservação da fauna terrestre e aquática e nos setores de saúde, educação, pesca, transporte e minas e energia.

Educação também é o alvo da cooperação brasileira com o Panamá, por meio do programa de melhora da educação científica, humanista e tecnológica nas escolas de nível médio, e com o Equador, onde participa do programa de mestrado em produção agrícola sustentável, nas áreas de fruticultura, horticultura e floricultura. Projetos de desenvolvimento da fruticultura e da agroindústria são orientados pelo Brasil na Guatemala.

No Paraguai, o Brasil está montando um centro de formação profissional e educação tecnológica. Na República Dominicana, presta assessoria nas áreas de gerência social e financeira de projeto de recuperação de habitações em bairros populares e em higiene, saúde e segurança no trabalho.

Cooperação com países africanos

Na cooperação com os países africanos, o Brasil tem priorizado as áreas de educação e de saúde pública, notadamente os programas de controle da AIDS, o grande flagelo do continente. No início deste ano, o Brasil associou-se ao Japão em um programa de atuação conjunta em ações de cooperação nos países africanos de língua portuguesa.

Está em elaboração, ainda, o programa brasileiro de treinamento na área agrícola, por meio do qual técnicos do Brasil capacitarão profissionais das instituições de pesquisa agropecuária de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Em 1999, foi inaugurado em Luanda o Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, projeto desenvolvido pelo governo brasileiro em parceria com empresários, para formar 1.500 técnicos angolanos por ano, nas áreas de mecânica, construção civil, eletricidade e vestuário. O Centro também oferece cursos nas áreas industriais de informática, máquinas e motores, panificação e confeitaria. Este é o maior e mais importante projeto de cooperação brasileira no exterior, com investimentos superiores a US\$ 1,8 milhão.

Por iniciativa do Brasil, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP aprovou a criação de dois centros regionais de excelência em nações lusófonas africanas. De acordo com o projeto da Agência Brasileira de Cooperação, serão centros de altos estudos e de formação de recursos humanos, nas áreas de administração pública e desenvolvimento empresarial.

Participação no esforço de reconstrução do Timor Loro Sae

Ao abrir sua primeira representação diplomática no Timor, em maio de 2000, o Brasil tem o objetivo de acelerar os acordos de cooperação nas áreas de educação, saúde e agricultura. O compromisso brasileiro é de ajudar na reconstrução do país, principalmente na área social e no intercâmbio de profissionais qualificados.

Os acordos de cooperação já acertados estão voltados para projetos de alfabetização em português destinados a crianças e adultos, seguindo o modelo de Alfabetização Solidária, implantado no Brasil pelo Programa Comunidade Solidária. Será criado, também, um centro de desenvolvimento empresarial, formação profissional e promoção social, no qual serão ministrados cursos profissionalizantes, nas áreas de construção civil, eletricidade, costura industrial, carpintaria e marcenaria, nos moldes do que o Brasil mantém em Angola. Outro acordo prevê a instalação de cursos supletivos de ensino fundamental e médio.

Profissionais brasileiros já coordenam, no Timor, várias frentes de trabalho, que elaboram desde um Código Civil e uma Constituição para o futuro país, até a reestruturação dos setores de comunicação e agricultura. Um batalhão do Exército e policiais militares brasileiros prestam ajuda, ainda, para garantir a segurança interna. Logo após o fim dos conflitos, entidades brasileiras organizaram campanhas nacionais de doação de alimentos, roupas e medicamentos para o Timor. Intelectuais, artistas, religiosos e políticos brasileiros engajaram-se em mobilizações e ofensivas de comunicação em favor do fim da guerra.



C O N C L U S Ã O

A promoção da parceria entre Estado e sociedade, no Brasil, é contemporânea de outros processos de mudança de sentido profundamente inovador. Ao se reforçarem mutuamente, esses processos melhoram o desempenho e potencializam o alcance das políticas públicas, governamentais e não-governamentais, voltadas para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

Multiplicaram-se e diversificaram-se, sem dúvida, os espaços públicos não-estatais. Fortaleceram-se as organizações e redes da sociedade civil. Descentralizou-se o Estado. Construíram-se novos canais de participação dos cidadãos. O compromisso de prosseguir na trilha do desenvolvimento social tornou-se irrevogável.

Como todas as sociedades expostas aos riscos e oportunidades trazidos pela globalização, a sociedade brasileira não está imune aos sentimentos de incerteza e insegurança inerentes às mudanças vertiginosas pelas quais passa a ordem mundial.

As transformações operadas ao longo dos últimos cinco anos, contudo, tanto no Estado quanto na sociedade, fazem com que o Brasil esteja, hoje, mais bem preparado para enfrentar o desafio nacional do desenvolvimento com equidade e sustentabilidade.

Cinco anos depois da Conferência de Cúpula para o Desenvolvimento Social, o governo federal entende que, embora tenha conseguido avanços importantes, o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer, nesse processo de construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Reitera, pois, a determinação de manter na agenda nacional para os próximos anos os dez compromissos assumidos em Copenhague, em 1995. Tanto assim que relacionou, ao longo deste documento, não só os compromissos cumpridos, mas também os objetivos e as metas a serem alcançados, daqui para a frente.

Muito foi feito, porém é preciso fazer mais.

Este é o enunciado que permeia todo o documento ora apresentado e que traduz com exatidão o sentido essencial, o novo ponto de partida e o horizonte dos compromissos assumidos com o futuro.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO**

